

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
CASTELO BRANCO**



ATA N.º 10/2023

DATA 21/12/2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Aos vinte e um dias do mês de dezembro de 2023, pelas 9 horas, reuniu em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Castelo Branco, cuja mesa foi presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Manuel Vieira Neves, pelo Primeiro Secretário, Carlos Simão Martins Mingacho e pela Segunda Secretária, Celeste Nunes Rodrigues, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Prestação de informações que à Mesa cumpra produzir.

2. Aprovação da ata:

- Ata nº. 6/2023, referente à sessão de 29 de junho de 2023.
- Ata nº. 7/2023, referente à sessão de 27 de setembro de 2023
- Ata nº. 8/2023, referente à sessão de 24 de outubro de 2023

3. Intervenções.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 1 - Apreciar uma informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal e situação financeira do Município.

Ponto 2 - Apreciação e votação de propostas de “Mapas de Pessoal, para o ano de 2024”.

- 2.1. - Câmara Municipal de Castelo Branco. (Proposta nº. 87/2023)**
- 2.2. - Serviços Municipalizados de Castelo Branco. (Proposta nº. 88/2023)**

Ponto 3 - Apreciação e votação de propostas de “Documentos Previsionais para o Ano 2024”.

- 3.1. - Câmara Municipal de Castelo Branco. (Proposta n.º 89/2023)**
- 3.2. - Serviços Municipalizados de Castelo Branco. (Proposta n.º 90/2023)**

Ponto 4 - Discussão e votação da proposta de “Hasta Pública para Venda de Lote de Terreno Municipal, sito na Cruz de Montalvão em Castelo Branco.” (Proposta nº. 91/2023)

Ponto 5 - Discussão e votação das propostas de “Generg Hibridização, S.A. Desenvolvimento. Construção da Central Fotovoltaica da Gardunha. Declaração de Interesse Público”. (Proposta nº. 92/2023)

Ponto 6 - Discussão e votação da proposta de “Reason Winds, Unidade Industrial de Hidrogénio, em Castelo Branco. Declaração de Interesse Público”. (Proposta nº. 93/2023)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Ponto 7 - Discussão e votação da proposta de “4.ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) e Grandes Opções do Plano e Orçamento do Ano 2023”. (Proposta nº. 94/2023)

Ponto 8 - Discussão e votação da proposta de “Vale da Raposa, Bairro Senhora do Valongo, Caminho Dois Esquerdo n.º 30 – Castelo Branco. Cedência de Terreno para o Domínio Público”. (Proposta nº. 95/2023)

Ponto 9 - Discussão e votação da proposta de “Juntas e Uniões das Freguesias. Delegação de Competências no Âmbito dos Transportes Escolares, Refeições do Pré-Escolar e 1.º Ciclo e dos Assistentes Operacionais de Apoio ao Ensino Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico. Celebração de Contratos Interadministrativos. (Proposta nº. 96/2023)

Ponto 10 - Discussão e votação das propostas de “Contratos Programas para o ano de 2024”:

10.1 - Albigec, EM/SA. (Proposta nº. 97/2023)

10.2 - CATAA – Associação Centro de Apoio Tecnológico Agro-Alimentar de Castelo Branco (Proposta nº. 98/2023)

Ponto 11 – Junta de Freguesia de St.º. André das Tojeiras. Contrato Interadministrativo no âmbito dos prejuízos causados pelo incêndio do Carrascal. (Proposta nº 99/2023)

Ponto 12 - Discussão e votação da Proposta de “Alteração do Regulamento de Apoio ao Associativismo do Município de Castelo Branco. (Proposta nº. 100/2023)

Ponto 13 - Discussão e votação da Proposta de "Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo". (Proposta nº. 101/2023)

Ponto 14 - Discussão e votação da Proposta de "Contas Semestrais da Câmara Municipal de Castelo Branco, do 1.º. Semestre do ano de 2023". (Proposta nº. 102/2023)

Ponto 15 - Discussão e votação da Proposta de "Contratos Interadministrativos com os Agrupamentos de Escolas do Concelho de Castelo Branco". (Proposta nº. 103/2023)

MEMBROS PRESENTES À SESSÃO

Jorge Manuel Vieira Neves, António Augusto Cabral Marques Fernandes, Carlos Manuel da Silva Salvado (em substituição de Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo), Carlos Manuel Freire Antunes, Carla Sofia Massano Lopes de Carvalho, Maria José Sobreira Rafaela, Francisco Manuel Pombo Lopes, João Filipe Dias Ribeiro, Paulo Jorge Vaz Ramos de Almeida, Joaquim Manuel Faustino (em substituição de Nuno Miguel Correia Teixeira Maia), Miguel Gregório Barroso, António Fonseca (em substituição de Ernesto Candeias Martins), Maria do Carmo Almeida Nunes, Christelle Varanda Domingos, Ana Cristina Marques Lourenço, Carlos Simão Martins Mingacho, Daniel António Guerreiro Almeida, Maria Cristina Vicente Pires Granada,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Armando Lopes Ramalho, Maria da Conceição Martins Pereira, Adelina maria Machado Martins, Milena Cristina da Silva Marques Santos, José Afonso Antunes Custódio, João Filipe Nunes Valente Neves, José Dias dos Santos Pires, Adelaide Silva (em substituição de José António Afonso Dâmaso, Pedro João Martins Serra, Maria de Fátima Dias (em substituição de Jorge Manuel Ferreirinho Diogo), João José Louro Ramos, Sandra Maria Duarte Lucas, Luís Manuel de Andrade, João Filipe Tavares Goulão, Celeste Nunes Rodrigues, José Carlos Ramos Dé, Severino Miguel da Conceição Vaz, António Manuel Falcão Antunes, João Miguel Teles Baltazar, Ernestina Gens da Conceição Baptista, António Manuel Varanda Marcelino e Ana Sofia Santos Ramos Pereira.

MEMBROS AUSENTES À SESSÃO

Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo, Nuno Miguel Correia Teixeira Maia, Ernesto Candeias Martins, José António Afonso Dâmaso, Jorge Manuel Ferreirinho Diogo.

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Prestação de informações que à Mesa cumpra comunicar.

Presidente da Assembleia Municipal –

Damos início à sessão da Assembleia Municipal convocada de acordo com o Regimento, em vigor e com a Lei. Para além do edital/convocatória, houve a publicação nas redes sociais oficiais do Município e também publicitação no jornal Reconquista e Gazeta do Interior. Cumprimento o Senhor Presidente da Câmara Municipal os Senhores e Senhoras Vereadoras do Executivo Municipal, caras deputadas e deputados municipais, Presidentes das Juntas e das Uniãos de Freguesia do Concelho, Munícipes aqui presentes e remotamente, através das redes sociais, dirigentes e funcionários municipais e comunicação social.

Em nome da Mesa, no início da Sessão, apresento, a todos, uma saudação, com estima e consideração e formulo o desejo de um bom trabalho para todos.

Quero Informar a Assembleia Municipal do seguinte, a propósito do processo de desagregação de freguesias. Como sabem a Lei nº. 39/2021, de 24 de junho, definia o regime jurídico de criação, modificação e extinção de freguesias e procedia à reorganização administrativa do território das freguesias.

Depois de cumpridos todos os formalismos exigidos a nível local, portanto, nós aqui cumprimos-los, o Parlamento recebeu dentro do prazo que terminou como se recordam no dia 21/12 do ano passado, no total do país, 182 propostas de desagregação de freguesias segundo o grupo de trabalho, segundo se recordam, destes havia 4 do nosso concelho. No entanto, também a nível nacional, destes cerca 140 foram considerados incompletos, pelo que foram pedidos mais elementos das freguesias às Assembleias Municipais.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

No nosso caso, recebemos quatro ofícios remetidos pela Comissão de Administração Pública e Ordenamento do Território e Poder Local da Assembleia da República que após a verificação técnica e conformidade dos requisitos veio solicitar mais informações. Estas informações foram transmitidas no caso concreto à minha pessoa, enquanto Presidente da Assembleia Municipal e também às Juntas de Freguesia.

Foram pedidos elementos à União de Freguesias de Lousa Escalos de Escalos de Cima, União de Freguesias de Escalos de Baixo e Mata, União de Freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo e União de Freguesias de Póvoa de Rio de Moinhos e Cafede. Com base nesta questão, eu próprio contactei os Senhores Presidentes das Uniões de Freguesia que articularam connosco e trataram também por si próprios de algumas questões e, portanto, foram entregues os documentos que já foram todos remetidos para a Assembleia da República.

Portanto, quero agradecer aos Senhores Presidentes de Uniões de Freguesias que aqui referi e, portanto, este processo, da nossa parte está definitivamente tratado.

Independentemente disso penso que é importante referir aqui o seguinte, esta nova lei para a criação, modificação ou extinção de freguesias que entrou em vigor no dia 21/12/2021 permite que as freguesias desagregadas em 2013, possam reverter até às condições que tinham anteriormente à agregação através de um mecanismo transitório especial e simplificado.

Contudo, é importante referir ainda que a lei impede alterações ao mapa administrativo das freguesias nos seis meses anteriores a qualquer ato eleitoral pelo que a criação de novas freguesias só poderá decorrer na próxima legislatura a partir de julho de 2024 e num período posterior à realização das legislativas, obviamente por isso em 10/03 e das europeias em junho.

Por outro lado, a aprovação de reversão das freguesias só será possível até março de 2025, tendo em consideração a expectativa de que estas autarquias possam já ir a votos, desgregadas, nas eleições autárquicas de setembro desse ano.

Portanto resumindo e concluindo, da nossa parte respondemos a todas as pendências que estavam relativas às nossas Uniões de Freguesia e agora vamos esperar que entre junho de 2024 e março de 2025 a Assembleia da República se possa pronunciar relativamente a esta situação.

Ainda no Período de Antes da Ordem do Dia, quero muito rapidamente referir a correspondência recebida:

- Revista Ideias & Territórios;
- Revista Bem Estar Animal, da Comissão de Valorização dos Eleitos Locais e da Associação Nacional das Assembleias Municipais;
- Revista da ANAM
- Jornal da Voz das Misericórdias;
- Instrumentos de Gestão Previsional do ano de 2024, da Albigec;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- Relatório de Execução Orçamental do 1º. trimestre de 2023 e 2º. Trimestre, da Albigeç;
- Boas Festas

2. Aprovação de atas:

- Ata nº. 6/2023, referente à sessão de 29 de junho de 2023. Aprovada, por unanimidade.
- Ata nº. 7/2023, referente à sessão de 27 de setembro de 2023. Aprovada, por unanimidade.
- Ata nº. 8/2023, referente à sessão de 24 de outubro de 2023. Aprovada, por unanimidade.

3. Intervenções.

António Fonseca (MPT)

Aqui estamos de novo neste momento tão importante para a gestão do município, devia ser importante, mas pelo que se vai vendo decorrendo das sucessivas alterações que foram feitas ao documento anterior, parece que há quem não lhe dê importância que de facto tem.

Igualmente percebemos que não é dada a devida importância que um documento destes exige pelo reduzido tempo que é facultado para analisar todos os documentos, é sempre tudo no limite, até parece que não querem que se saiba em detalhe o que se passa.

Em alguns casos até, veremos se os documentos lá estão.

Este documento é importante porque é daqui que se sustentam as opções do executivo, mostra as estratégias, as ideias, o que se pretende para o futuro imediato e para o futuro mais distante. Contudo, aprovar um documento com esta importância e logo de seguida com sucessivas de alterações um pouco ao sabor das circunstâncias, mostra de forma muito clara que não existe estratégia, não existem objetivos, que não há ideias. Aparenta ser aqui uma gestão corrente do dia a dia, sem ambição, vamos vendo festas, algum aparato, mas atividades e opções estruturantes nada. Instalou-se um “dolce far niente”, um vamos indo deixa andar, sem ambição.

Não só na gestão como também na cidade e no Município, como eu disse “vai-se indo”.

Veja-se, por exemplo, a recente aprovada Estratégia Local de Habitação. É um documento muito elucidativo há cerca da degradação da situação económica do Município, da rarefação de novas construções, da diminuição populacional e isto é algo que nos deve preocupar a todos.

É certo que aparenta ter apenas como solução ou proposta para a resolução dos problemas, o despejar de dinheiro. Faz-me lembrar aqueles filmes americanos que despejavam betão sobre os inimigos, aqui despeja-se betão sobre os problemas. Ou melhor, não se despeja, diz-se que se despeja. Porque se vamos ver este orçamento que se destina a esse identificar de problema o que a ele se destina são duzentos e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

cinquenta mil euros, um quarto de milhão, num total de sessenta e sete, são uns trezentos avos, portanto o problema não deve ser muito grande. É poucachinho, é uma impossibilidade dizer-se que se tem uma estratégia de habitação e depois quase a ignorar. E não é só para a habitação, nos transportes, educação, na economia, mas dinheiro para as festas há sempre. E repare que todos gostamos de festas, mas não pode ser só isso.

E, perante este desvario, naturalmente, que vemos que o partido que o apoia, o vai apoiar com certeza, não duvido desse apoio e não o estranho. O que estranho muito é a ausência do PSD, que vai apenas aparentando ser a bengala do PS para que este se mantenha. O PS escolheu para si “e agora uma figura mais triste”, a figura do cepo. O que apenas serve para apoiar o que está instável.

Isto a que o PSD se presta, mesmo para mim que nunca votei PSD é uma vergonha. É por estas ausências, por esta participação nula que não se distingue nenhuma diferença do PS e do PSD.

Ou melhor, distingue-se o PS mesmo bem ou mal, concorde ou não, vai fazendo gastando. Já o PSD apenas ampara é o frouxo, é o que está ali só para... enfim. Parece aquele fulano que fuma sem inalar, aquele que fica sempre à porta, adotou a síndrome do porteiro, diz a todos que é amigo do chefe apenas para poder passar na porta da festa.

E é por esta incapacidade por esta demissão que se torna conivente e participante. Participa nestes governos, nesta descrente empatia de desinteresses a uns poucos e há uns que aproveitam, é ali os senhores do CHEGA. O CHEGA que apresenta aqui como já vi e no país, as mais absurdas e abjetas ideias, propostas impossíveis e erradas e acaba por ter espaço para as implementar. O sucesso do CHEGA só depende da incompetência e ausência do PSD e do PS, e também aqui localmente. E como dizia o “Martin Luther King” o que me preocupa não é o grito dos maus é o silencio dos bons. E é isto o que temos.

Maria da Conceição Martins Pereira (CHEGA) -

Venho aqui falar do trabalho precário. Existe muito trabalho precário no nosso país e ele também está no Distrito de Castelo Branco. Os trabalhadores são contratados para fazer as mesmas horas que qualquer trabalhador no quadro, faz o mesmo trabalho e o seu vencimento é de uma bolsa que nem o ordenado mínimo recebem, ou seja, é como e não estejam a trabalhar porque não têm quaisquer direitos, não fazem descontos, este tempo que estão a trabalhar não conta para a reforma, para as férias, para nada. Isto tem um nome, meus senhores, é exploração, exploração dos trabalhadores portugueses que são tratados sim, piores que os estrangeiros.

Mas então querem mandar vir estrangeiros com contratos para ocuparem os lugares dos trabalhadores portugueses, enquanto os portugueses fazem o que resta dos outros.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Pessoas até com bastante qualificação em trabalhos que nem os nossos emigrantes fazem no estrangeiro, ou se fazem são bem renumerados.

Pois é, é assim que tratam alguns trabalhadores portugueses em Portugal.

Agora pergunto que lei é esta, que trata as pessoas como escravos, querem subir o ordenado mínimo e aqueles que nem sequer o recebem?

Essas pessoas não são seres humanos como os outros? Não têm família como os outros portugueses? Não têm filhos para educar como os outros? Já nem sequer se pode sobreviver assim.

Falando de outro assunto, pediram-me, a escola Faria Vasconcelos que não tem dois cilindros para a água quente, ou seja, nem na cozinha, nem no bar, numa altura destas como é de verificar, lavar as louças com água fria e já estão à espera há mais de um ano.

Tenho dito.

Carlos Manuel Freire Antunes (PSD/CDS/PPM)

Queria comentar alguns assuntos, primeiro não podia deixar de fazer referência, no que respeita à informação e documentação para o orçamento e para esta Assembleia. Informação em falta, fora dos prazos de acordo com Regulamento e do Regimento desta Assembleia, nomeadamente, documentos que nos chegaram ontem com 15 horas de antecedência, quando o Regulamento diz que tem que ser com antecedência dois dias úteis, a ordem de trabalho e a documentação de suporte.

Portanto alguma coisa não está bem, para que isto aconteça.

Outro comentário que gostava de fazer, é ao senhor do MPT em relação ao que apresentou há uns momentos.

O Senhor Deputado não costuma estar nesta Assembleia, se calhar, é por causa disso que não se apercebe que o MPT tem apoiado mais nesta Assembleia do que propriamente o PSD. É lógico que não é no Executivo como não tem vereadores não tem esse poder de decisão.

Agora em relação ao outro assunto, algo que o Senhor Presidente da Câmara, em algumas Assembleias atrás afirmava aqui que o hospital de Castelo Branco até à data não tinha tido encerramento de serviços, no entanto, saiu nas notícias nacionais, na TVI, em concreto e passo a citar “urgências condicionadas” e uma era a Unidade Hospitalar de Castelo Branco. Ou seja, já perdemos essa notoriedade ou não notoriedade de não sairmos nas notícias por condicionamentos nas urgências, neste momento, já as temos.

O que gostávamos era de saber que diligências foram tomadas pelo Executivo em relação a esta questão.

Paulo Jorge Almeida (S-MI)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Já lá vão os tempos que os cidadãos que utilizavam veículos elétricos eram gozados com piropos como “olha lá vai um frigorífico com rodas” ou então “diz-me lá, onde é que estacionaste o teu eletrodoméstico”.

O que é certo é que a revolução na mobilidade está a acontecer e felizmente na direção certa.

Para provar isso podemos usar os dados recentes da ACAP (Associação Comércio Automóvel de Portugal), que revelam que o modelo elétrico liderou as vendas dos automóveis ligeiros em novembro passado e se juntarmos as vendas dos elétricos aos plug-in ao mesmo tempo atingimos 45 % de vendas de cota de mercado deste tipo de veículos.

Poderemos ainda falar do pujante mercado de veículo elétricos usados, então aí os números tornam-se ainda mais significativos. Temos, pois, uma indústria a liderar este processo e temos aqui no terreno uma entidade que é a Mobi.e, que tenta garantir aquilo que é a interoperabilidade daquilo que é a rede de carregadores universal. E a Mobi.e tem tido que se adaptar rapidamente a este ritmo de transformação.

Passamos então agora a um curto diagnóstico daquilo que se passa no nosso concelho. Não tenho números rigorosos de aderentes à mobilidade elétrica, mas os mais conhecedores dão de certeza conta do crescente número de veículos que começam a circular nas nossas ruas. Mas, vamos ver como se está a comportar a rede de carregadores para a mobilidade elétrica por cá.

Dados da Mobi.e, entidade que regula este processo de carregamentos e pagamentos e tudo isso, mostram que temos instalados no concelho 18 tomadas de carregadores rápidos e super-rápidos, os chamados CCS, mas temos que tirar daqui 7 que estão instalados na área de A23 que não estão lá para servir os nossos munícipes, portanto na prática temos aqui 11 tomadas CCS todas na cidade de Castelo Branco. Também temos uma rede antiquada de carregadores chamados Mennekes que são aqueles que têm menor capacidade de carregamento e que já não estão habilitados a carregar os modelos que estão a sair do mercado.

Mas então, está tudo bem? Não. Não está tudo bem. Temos um problema que tem a ver com a taxa de disponibilidade dos carregadores, se não vejamos, esta situação que tirei ontem do site Mobi.e às 11.50 horas, das 11 tomadas que temos na cidade, 5 aparecem indisponíveis ou seja quase metade estão off. Parece-me que são até indisponibilidades de longa duração.

Temos, pois, que perceber o que se está a passar para antecipar problemas que podem advir do Portal Ritmo de Transformação por que estamos a passar. Não queremos que haja constrangimentos evitáveis para os utilizadores de veículos elétricos e assim deixo aqui a minha primeira pergunta ao Executivo.

Há algum pedido no Município para licenciamento de novos postos de carregamento?

Está talvez na hora do Município tomar conta desta situação e seguir o exemplo de vários outros para aumentar o parque de carregadores em capacidade. Desafio-o a seguir o exemplo de vários municípios



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

onde o parque foi aumentado gerando receitas próprias para o Município permitindo assim controlar taxas de disponibilidade.

Por cá, poderíamos mesmo prescindir destas receitas que os Municípios conseguem angariar e como contrapartida prever a instalação de postos de carregamento nas freguesias com capacidade adequada. Serão certamente um motivo de atratividade para o turismo de natureza que certamente queremos desenvolver. Vão ver que faz todo o sentido.

Para fechar este tema, deixo um desafio ao Executivo em forma de pergunta.

Tem o município uma data objetiva para atingir a neutralidade carbónica naquilo que é relativamente às emissões decorrentes da sua atividade?

No meu entender se alguém tem capacidade para mostrar ao país nesta frente, somos nós. Basta juntar competência à capacidade que referi para que tudo aconteça. Com um território com mais de 1400 Km quadrados haverá de certeza potencial para promover um programa de captura de carbono e redução de emissões. Vamos lá surpreender meus senhores.

Passamos agora há parte da mobilidade elétrica suave. Foi com agrado que dei conta do início de instalação nas docas para uma rede de bicicletas partilhadas e salta-me logo a curiosidade para algumas questões e passo assim à minha terceira pergunta:

Quantas bicicletas vamos ter e qual vai ser a dimensão da frota?

O serviço vai ser gratuito?

Se não for, qual será o modelo de comercialização?

E o mais importante, quinta pergunta:

Quando vai estar disponível para os nossos cidadãos?

Não devíamos, no entanto, dissociar o lançamento destes serviços com a operacionalidade das ciclovias. Lançar um serviço de bicicletas partilhadas na nossa cidade sem ter as ciclovias operacionais, vai de certeza causar alguns problemas. Estou a falar por experiência própria, porque quando a meteorologia permite utilizo frequentemente a minha bicicleta elétrica nas deslocações na cidade. Não tenho queixas do comportamento dos condutores dos automóveis, mas, o facto é que temos andamentos e comportamentos diferentes nas várias situações que se nos deparam em qualquer trajeto.

Não é por exemplo nada agradável, estar misturados e atrapalhar nas rotundas e nas subidas ou mesmo quando um semáforo fica verde e não estamos na frente da fila, quem usa as bicicletas vai ter que respirar aquele saudável CO2 emitido pelos carros de combustão.

Haveria outras situações a falar, mas vamos ficar por aqui.

E intuo, no entanto, que o Senhor Presidente, me vai dizer que para disponibilizar aos cidadãos a rede de ciclovias, há decisões complicadas a tomar e que é preciso estudar melhor a situação, mas os senhores



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

foram eleitos para tomar decisões. Ser reformador é ter capacidade de tomar decisões que hoje possam parecer menos agradáveis para alguns, mas que no futuro vão beneficiar todos.

E deixo aqui a minha sexta pergunta:

Diga-nos aqui hoje quando prevê disponibilizar aos cidadãos as ciclovias na cidade?

Para finalizar, vamos recuar um pouco mais, dois anos, quando foi lançada esta promessa.

Campanha eleitoral: ciclovia, ecopista de Cebolais, Retaxo, Castelo Branco e Alcains.

O atual Executivo já ultrapassou o equador do seu mandato e ainda nada vi sobre esta ecopista.

Esta promessa, ainda é para cumprir no seu mandato?

Muito obrigado.

Maria Cristina Vicente Pires Granada (PS)

Natal em Castelo Branco, é fácil gostar e é mesmo. De 1 a 31 de dezembro, artesanato, gastronomia, ateliers, exposições, animação de rua, animação itinerante, espaços infantis, espetáculos diversos, música e dança, ainda que não gostem, mas há atividade em Castelo Branco.

As propostas destinam-se a todos, a todas as gerações, a todos os gostos.

Avenida Nuno Álvares, Avenida 1º Maio, envolvente do edifício da Câmara Municipal, espaços centrais, espaços acessíveis, mais de 60 barraquinhas numa promoção direta à pequena iniciativa.

Aos pequenos e grandes projetos, ao comércio local, aos produtos endógenos, à dinâmica económica.

Então a dinâmica económica não se destina a dinamizar a cidade?

O comércio todo, o comércio local, o mundo empresarial, sobretudo, o comércio local, não é o mundo empresarial e a dinâmica económica que fixam pessoas?

O Mercadinho de Natal, está a ser um sucesso. Animação de rua, animação na biblioteca, rentabilização dos espaços municipais, espetáculos no cineteatro, música, dança, atelier, artes, artesanato, gastronomia, criatividade, espaços para as crianças e para os mais velhos.

Não é a dinâmica sociocultural e socioeconómica que fixa pessoas?

Funciona, resulta, atrai visitantes e dinamiza também e oferece atividades dignas aos albicastrenses que muito merecem e toda esta dinâmica encontra-se bem divulgada tanto nas modernas redes sociais, como na imprensa local, regional e nacional.

Dizer que não acontece nada, seria má fé, mas aqui ninguém tem má fé. Por isso felicitamos o município pela dinâmica natalícia, pela envolvência social, cultural, pela dinâmica económica associada a toda esta iniciativa, parabéns pela iluminação de natal que a cidade merece e que ainda que não nos faça esquecer os tempos que o planeta atravessa, Castelo Branco é Castelo Branco.

O tempo é de viver este Natal também e de que é fácil gostar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Senhor Presidente e o seu Executivo estão de parabéns com esta iniciativa, estão de parabéns os trabalhadores que se esforçaram e se esforçam todos os dias para manter esta cidade e proporcionar aos albicastrenses um espaço de qualidade de vida.

Para o mundo, o meu voto de paz nos lugares em que há guerra e para todos os senhores, todos nós um Feliz Natal e um próspero Ano Novo.

João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA)

Desejar a todos um Feliz Natal, um próspero Ano Novo e boas entradas, que não gosto daquela expressão “Boas Festas” porque é muito neutra. Antes de mais já pedi ao menino Jesus uma prenda que são umas mesinhas para nós, para o ano termos aqui na Assembleia Municipal, aproveitamos esta época natalícia para ver se nos ouve.

Fico satisfeito que o MPT se preocupe com o CHEGA, não é só o MPT são todos, quando aparece um partido que realmente apresenta uma solução fora da caixa que todos dizem que é impossível, dizem que somos extremistas, malucos e tudo, pode ser que consigamos trocar essas ideias às pessoas, mas é bom, isto é bom, porque tudo o que incomoda às pessoas é o CHEGA e não é cinquenta anos de partidos a colocarem as mãozinhas, é o CHEGA, é curioso.

Eu ia falar sobre a festa de final de ano. O ano passado falei depois da festa, este ano falo antes.

A primeira pergunta como é óbvio, qual é o valor total que vamos gastar no final de ano?

Eu por acaso fiz a consulta lá no portal base, diz que há uma consulta prévia para o fogo de artifício e vi que era cerca de metade do ano passado que foi € 99.000,00 e este ano é de 52.000 €. Mas a ideia era saber qual o valor total da festa.

Depois outra questão que coloco é, será que moramos em Castelo Branco, numa cidade pacata do interior, preferimos aquelas festas enormes concentradas aqui no centro da cidade, ou preferíamos ter festas descentralizadas, cada um na nossa comunidade em várias associações para também não criar um problema que todos sabemos que é uma noite que não bebemos leite e depois vamos andar pela cidade todos os anos acontece isso, muitas vezes com álcool em excesso, se há transportes públicos de horário alargados nessa noite para as pessoas não terem que usar os próprios carros. Isso está previsto ou não?

Mas, porque é que temos que vir todos para o centro da cidade, será que há instalações sanitárias para todos? Ou iremos andar por aí atrás das árvores? Estas coisas, pensamos é na noite de passagem de ano. Acho que devíamos ter algum cuidado com isto.

Outra situação é, imaginemos que vêm pessoas de fora para passar na cidade a Passagem de Ano. Há instalações hoteleiras para dar resposta a essas pessoas?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Haverá instalações suficientes para dar resposta?

E recordo que o ano passado, até os artistas que cá vieram tocar, tiveram que ir dormir à Sertã, porque não havia na cidade instalações suficientes. São estas as preocupações que devemos ter. Se venho para o interior, procuro essas festas enormes ou procuro esta calma que o interior me dá. Não estou a dizer que é bem ou mal, temos é que fazer essa reflexão.

Para terminar, relativamente, ao artista convidado, quero fazer uma pergunta concreta que é, Se foi previamente contactado, e é do conhecimento público que com ele acarreta alguns problemas de segurança, se uma consulta prévia para ter algum aconselhamento com as autoridades se havia algum cuidado em especial.

Deixo aqui esta questão que gostaria que fosse respondida.

João José Ramos Serra (Presidente da Junta de Freguesia de Monforte da Beira)

Eu só venho aqui fazer uma pequena intervenção para agradecer a oportunidade que me deram, à Assembleia Municipal e, obviamente, ao Senhor Presidente da Assembleia e Executivo, de ir no dia 30 ao Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, não podia deixar de o fazer, muito obrigado a todos, foi uma experiência única.

Ainda assim, há uma ou duas situações que registei, em que todos os intervenientes do congresso, puxaram a palavra e que foi: a transferência de competências para as autarquias, não acompanhada das respetivas verbas para que ela aconteça, seja na educação, ação social, saúde e por aí fora. Foram unânimes, todos os oradores, referindo de facto que as transferências de competências são bem-vindas, mas que têm de vir acompanhadas dos devidos recursos, parece que não é o está a acontecer.

Falou-se sobre outro assunto, de facto, para mim ainda é mais relevante, tem a ver com a coesão nacional ou a falta dela porque fala-se muito da coesão entre o litoral e o interior, na prática, dividindo isto em dois, digamos assim, mas a verdade é que, a coesão territorial só vem à baila em alguns períodos que é de dois em dois anos ou de quatro em quatro anos, ou quando dá jeito. E só para referir o seguinte, alguns Presidentes de Câmara, que falaram, nomeadamente, da parte mais norte do País, Minho e Trás-os-Montes, digamos assim, a coesão é de tal maneira que ainda não há rede móvel no país todo, uma coisa tão básica como tudo isto, e não é aquela questão do pastor lá na Serra da Estrela, é muito pior, Monforte não tem rede móvel em alguns sítios, seja ela qual for a rede móvel. Na fibra ótica não vou falar porque já sei que andam em Malpica e hão de chegar a Monforte é uma promessa da ANACOM do ano passado, dotar todo o concelho de fibra ótica, irá de acontecer com certeza.

A nível ainda da coesão territorial, resta-me dizer que além da rede móvel que é o exemplo, também na questão das portagens deveria haver uma discriminação positiva e não há, para quem vive no interior. E



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

aí é um assunto que não está esquecido por ninguém, digo eu. Mas, é de facto importante que se mantenha na ordem do dia porque dito de uma forma muito popular, vão-nos ao bolso todos os dias e continuamos a bater palmas para que assim aconteça. Apesar das portagens agora terem descido, mas acho que não devíamos ter que pagar portagens, até porque tivemos uma data de tempo isentos e agora vieram buscá-las, seja na A23, ou na A25 e penso que vai por aí.

Dito isto bom Natal para todos.

Maria José Sobreira Rafael (S-MI)

Na página oficial do PS, pode ler-se a 24 de julho, do ano de 2021 e passo a citar “o candidato do PS à Camara Municipal de Castelo branco, Leopoldo Rodrigues, assume como grande prioridade colocar o Concelho e capital de Distrito como referência de centralidade no interior de Portugal. A transformação digital, a inovação e atração de investimento e as políticas de habitação e reabilitação urbana, são compromissos socialistas para transformar este território.” Referia-se a uma centralidade que ainda não se vislumbra. Presentemente e tendo conhecimento de algumas informações que têm vindo a público à perceção por parte dos albicastrenses que a centralidade passou para a Covilhã. Não interessa se é ou não aquele espaço, esta ou aquela empresa que lá se vão implementar. O importante são os postos de trabalho que ali se criam. É a atração de pessoas de fora da cidade às grandes superfícies e que revitalizam a economia, enfim, Castelo Branco a perder.

Em setembro de 2021, apresentou o projeto global para o novo centro histórico, novo, continua velho. De entre os objetivos apresentados, destacam-se, atrair 250 novas famílias e jovens, criação de 500 novos postos de trabalho bem remunerados e com futuro, atração e constituição de 50 novas empresas entre promotores locais e investidores externos. Reabilitação de 250 novas habitações.

Parece-nos que algumas questões se impõem, onde estão as 250 novas famílias e jovens, talvez não estejam? E isso porquê? Porque não têm atrativos em Castelo Branco, já que uma mudança de vida apostando noutra cidade, só com incentivos que justifiquem essa mudança. Mas poderia haver uma solução para estas famílias e jovens. A reabilitação das 250 novas habitações a arrendar ou a vender a custos, talvez mais moderados. Mas, também não houve essa reabilitação. Mas há sempre alternativas, as famílias poderiam ser atraídas a viver em Castelo Branco se pelo menos conseguissem um dos quinhentos empregos bem remunerados e com futuro que faziam parte dos objetivos das promessas eleitorais.

Fica a questão, onde estão esses empregos bem remunerados?

Sabemos que todos estes objetivos levam o seu tempo para se concretizar. Mas, passados dois anos ainda não vimos nenhuma atividade nesse sentido.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Foco no futuro, visão estratégica é o que o centro histórico desta cidade necessita. Uma zona onde já encontramos museus, histórias dos nossos antepassados com os portados quinhentistas, zona de onde se tem uma visão de excelência de toda a cidade. Merece ser reconhecida, ser uma das portas de entrada da nossa cidade, minha e sua, Senhor Presidente.

Uma zona onde o turista se sentisse albicastrense por um fim de semana. Mas toda esta revitalização requiere investimento, atração turística, criação dos quinhentos postos de trabalho bem remunerados e com futuro, das 250 habitações reabilitadas.

Não aceite que lhe digam que está a vender ilusões, faça, caso contrário continuaremos a ter razão. E é nessa zona histórica, onde irá ser criada a Escola de Chefes, já percebemos que será de Chefes de Cozinha e Bar. Peço desculpa pela minha insistência, mas gostaríamos de saber que idade está dirigido o ensino que aí vai ser ministrado e qual a qualificação dada. É importante quando projetemos uma escola, uma empresa ou qualquer outro projeto que requeira grande investimento, começarmos a trabalhar, no sentido, de atrair os jovens com idades de acordo com esse objetivo. E no caso de uma escola, fazer o estudo de mercado sobre a existência de jovens com esse interesse. É uma escola com Ensino Superior? Quais as vantagens competitivas com a abertura desta escola? Qual o valor acrescentado à cidade? Esperamos que nos esclareça.

Obrigado e aproveito para desejar a todos um Feliz Natal que nos traga o melhor de nós e que possamos receber o melhor dos outros.

Daniel António Guerreiro Almeida (PS)

Quero aqui congratular e destacar a relevância das políticas implementadas pelo Executivo do Partido Socialista e quero destacar os esforços, obviamente empreendidos para fortalecer a nossa comunidade e promover finalmente um ambiente propício para aqueles que são e pretendem ser albicastrenses.

Em 1º lugar, com a aposta significativa em políticas de apoio à natalidade e às famílias merece destaque. Esta iniciativa de proporcionar escolas a tempo inteiro, a gratuidade nas refeições para os alunos, atividades extracurriculares e a construção em novas creches demonstra uma preocupação com as condições para que as jovens famílias possam prosperar sem prejuízo, manifestando um claro compromisso com o futuro. Reconheçamos também que tais medidas implicam aumentos no quadro de pessoal e encargos financeiros, no entanto, é essencial compreender que estes investimentos são na verdade, investimentos em capital humano, na educação e no bem-estar da nossa comunidade, enquanto um todo.

Além disso, o compromisso deste Executivo vai além com a construção iminente de um novo Centro de Saúde em Alcains, para termos serviços de saúde mais próximos e mais dedicados.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Em 2º lugar, a aposta no nosso tecido económico produtivo com os investimentos que as empresas que escolheram Castelo Branco têm vindo a fazer ou que se prevê fazer e refiro, por exemplo, o investimento de cerca de dez milhões de euros da APTIV, ou o investimento que foi feito pelas Schreiber Foods de cerca de vinte e um milhões de euros, ou então por exemplo a recente acolhida empresa TRH que traz consigo cerca de 30 empregos qualificados, ou a prestigiada Dassault Aviation, que escolheu Castelo Branco para ter uma unidade pós-venda e aquilo que me resta dizer, é que sejam bem-vindos e obrigado por terem confiado e escolhido Castelo Branco.

Em 3º lugar, quero também aqui mencionar a aposta na mobilidade com a MOBICAB que procura não ser apenas uma nova concessão de transportes, mas todo um programa de mobilidade integrado com transporte a pedido, com as preocupações com o trânsito e a sinalética e pelos meios da mobilidade suave.

Caro Executivo, vamos em frente com um plano municipal para a mobilidade urbana sustentável.

Em 4º lugar, a habitação com a Estratégia Local de Habitação onde se prevê o investimento na ordem de quarenta e seis milhões de euros que representa a construção de 146 fogos.

Em 5ª lugar, a valorização da nossa cultura e da nossa gastronomia, a promoção turística e por aí fora.

E, perante isto o S-MI, diz que não reconhece a estratégia, aliás dizem e disseram mais uma vez aqui nesta sessão que o Executivo não segue qualquer estratégia e não tem capacidade de concretizar. Poderão dizer que existem bastantes necessidades e também reconhecemos todas essas necessidades e estamos aqui para falar delas.

Agora convido os Senhores Deputados e Vereadores do S-MI a fazer um exercício. Nos últimos oito anos em que estiveram aí sentados na bancada e tiveram a oportunidade de concretizar, o que é que foi feito? Dois parques urbanos, uma destilaria que não funciona, um centro de apoio às empresas e à criatividade. Oito anos meus senhores.

Mas a estratégia não faltava, porque a estratégia era sugerida por empresas na especialidade e só vos competia concretizar, e refiro-me ao plano de desenvolvimento turístico que quando conhecemos os objetivos, compreendemos que pouco ou nada foi feito.

Refiro-me à estratégia do desenvolvimento do concelho de Castelo Branco que quando conhecemos os objetivos, compreendemos que pouco ou nada foi feito.

Refiro-me também ao Castelo Branco 2030, obviamente, que quando conhecemos novamente os seus objetivos, reconhecemos e compreendemos que também pouco ou nada foi feito, ou por exemplo agora quando falam sobre o centro histórico, quando também na altura tinham um programa estratégico para a reabilitação urbana da cidade de Castelo Branco e sabem? Não foi feito nada.

O Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, compreendendo também os objetivos que estão inscritos naquele plano, compreendemos que também nada foi feito.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Sabem o que é que foi feito pelos Senhores? Foi feito, zero. Propuseram-se a nada fazer quando se candidataram nas autárquicas em 2021, boa hora em que o PS mudou a sua estratégia.

Senhores Vereadores, Senhores Deputados, as pessoas e as famílias que beneficiam das medidas para a natalidade, reconhecem a estratégia do Partido Socialista e agradecem.

As pessoas e as famílias que irão beneficiar das novas creches e de um novo centro de saúde em Alcains, reconhecem e agradecem.

As pessoas que encontraram emprego em Castelo Branco, reconhecem a estratégia do PS e agradecem.

As pessoas e as famílias que todos os dias beneficiam do programa de apoio á redução tarifária nos transportes reconhecem a estratégia e agradecem.

A verdadeira crítica construtiva é destinada a melhorar as coisas e não a destruí-las.

E mais uma vez, ainda bem que o PS procurou mudar a sua estratégia e daquilo que estamos aqui a falar, sinceramente a mim, agrada-me muito que o senhor Deputado do Sempre Paulo Almeida, tenha considerações e preocupações pela mobilidade do futuro, estou nessa senda também, estamos juntos nisso e pedia maior honestidade e humildade quando nos referimos ao PS.

Carlos Manuel Freire Antunes (PSD/CDS/PPM)

Gostava de falar um bocadinho de segurança rodoviária do concelho de Castelo Branco e um dos primeiros pontos é dar os parabéns pela iniciativa dos controlos de velocidade informativo que se veem pela cidade que é bastante útil e é uma medida bastante positiva.

Em relação às passadeiras iluminadas, já vi até dar parabéns em alguns foros, no entanto, sou um bocadinho crítico. Por uma razão muito simples, se calhar, nem 1% das do concelho temos iluminadas. Então o que é que vamos pedir? Que as pessoas se desloquem a passar só nas passadeiras mais seguras, ou se as outras passadeiras dos outros locais não interessam, ou se queremos apenas reduzir um bocadinho os acidentes rodoviários. Possivelmente, temos que optar por ações mais consolidadas, mais abrangentes e quando fazemos uma ação deste género das passadeiras não é uma pequena percentagem por muito bons que tenham sido os critérios de seleção de quais é que deviam de ser iluminadas, não pode ser assim.

O objetivo de um Executivo não pode ser reduzir um bocadinho, tem que ser eliminar os acidentes rodoviários no concelho de Castelo Branco. E a verdade é que compreendo que não haja dinheiro para fazer todas as passadeiras dessa forma, então tem que se fazer alternativas, não podemos é passar numa avenida que têm... hoje quando estava a entrar em Castelo Branco, contei oito passadeiras, a primeira quase que não se vê, vi-a porque vinha atento e a contá-las e das oito existe uma iluminada. Portanto, o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

que é que vamos pedir às pessoas? Que passem só naquela. Os critérios, já disse não os questiono, no entanto, não é suficiente em termos de prevenção rodoviária.

E como já falta pouco tempo para acabar o prazo que foi aqui proposto do número de redução nalguns 60% do número de acidentes, vamos ver se tenho razão ou não.

Ana Cristina Marques Lourenço (S-MI)

O edifício da Caixa Geral de Depósitos situado no centro da cidade de Castelo Branco, faz acima de qualquer lei ou circunstância pontual de limitação de usabilidade parte do património, da história, da identidade arquitetónica, do imaginário e da vida dos albacastrenses. Faz parte de todos nós e pulsa de vida no local onde aparentemente tudo acontece.

Edifício icónico, classificado como monumento de interesse público, desde 2012, com tremendo potencial e de onde grande parte da nossa cidade conhecemos, hoje, e cresceu e se expandiu um monumento de interesse público que faz parte da história de toda a gente.

Estes motivos deveriam ser por si só, alvo de uma análise mais cuidada e ponderada por quem detém a responsabilidade máxima de decisão do Município e diz representar todos e todas os que habitam nesta cidade, capital de distrito, à qual, todos pertencemos. Mas não foram, a venda deste edifício que de acordo com informações vinculadas por órgão de comunicação social da cidade, foi consumada com a assinatura da escritura no último dia do mês de novembro, passando para o domínio privado. A decisão conhecida há poucos dias, gerou descontentamento na cidade e até alguma perplexidade, foi algo de críticas e pedidos de esclarecimento. Mas, não estamos satisfeitos com os motivos pouco convincentes enunciados pelo Senhor Presidente da Câmara sobre o culminar desta decisão.

Por que motivo não utilizou o direito legal de preferência consagrado na lei para adquirir o imóvel?

As Câmaras Municipais têm direito legal de preferência quando se trata de imóveis classificados. Esta precedência é atribuída às Câmaras Municipais acima da preferência do próprio Estado, por algum motivo é. Porque o Estado atribui essa precedência às Câmaras Municipais em detrimento dele próprio, pois até o próprio, entende a necessidade e importância de determinadas aquisições para o desenvolvimento e para a firmação dos territórios.

Quando questionado sobre esta questão, mencionou o Senhor Presidente as limitações no uso do edifício. Parece-lhe mesmo que o critério da limitação do uso do edifício são motivo suficiente para perder a oportunidade única em adquirir um imóvel com estas características e importância para a cidade. Pelo que sabemos e de forma generalista, o facto de se tratar de um edifício classificado implica, a manutenção de arquitetura dos elementos de baixo-relevo da fachada e a manutenção do painel que representa o mapa da Beira Baixa.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A nós parece-nos que esta obrigação em manter estas características é uma mais-valia, não é uma limitação. Pelo valor, o edifício da Caixa Geral Depósitos foi colocado à venda por oitocentos e quinze mil euros. O Senhor Presidente sobre isto disse, “pedi aos serviços técnicos da Câmara Municipal para fazerem uma avaliação do edifício. Foi-me dito que o valor era claramente exagerado, face aos usos possíveis do edifício condicionados por um imóvel classificado.”. Justificou assim, “se afigurou necessário que a Câmara Municipal de Castelo Branco adquirisse este imóvel tornando desnecessária a sua aquisição.”

Mas quando a autarquia adquiriu pelo valor de seiscentos e sessenta e seis mil euros a antiga residencial Arraiana, o Senhor Presidente já falou em estratégia. Disse que a “localização estratégica no centro de Castelo Branco tornou este investimento da residencial Arraiana, um investimento ainda mais valioso para revitalizar a zona que tem perdido dinamismo, especialmente no setor comercial, são palavras suas. E sobre este assunto ainda disse, “que a Câmara Municipal de Castelo Branco tem adquirido estrategicamente alguns imóveis na cidade e revela a visão da Câmara em potenciar os edifícios históricos e emblemáticos que é o caso deste também, conferindo-lhe novos propósitos que servem as necessidades contemporâneas da comunidade” estas declarações foram proferidas no dia 31 de 2023. Um mês antes da consumação da assinatura da escritura da venda deste edifício também histórico e emblemático da Caixa Geral Depósitos. O que é que aconteceu Senhor Presidente? Os albacastrenses merecem saber, mas essencialmente perceber porque é que existem dois pesos e duas medidas utilizadas na tomada de decisão.

Existe limite na aquisição de edifícios desta natureza? Resta ainda o argumento de não saber o que fazer com o edifício, como mencionou na última reunião pública do Executivo. Parece-nos que este argumento de não saber o que fazer com ele não se coaduna com existência de uma estratégia focada, orientada e clara na captação e novas empresas e novos públicos senão saberia perfeitamente bem o que fazer com um edifício desta natureza.

Dentro da chamada estratégia da autarquia, até podia servir para albergar alguns dos 232 postos de trabalho constantes na proposta dos mapas de pessoal que hoje vão apresentar aqui nesta Assembleia. O edifício afinal tem, quatro pisos, cinco casas de banho, doze gabinetes, vários espaços abertos (open space), um logradouro e até uma fração habitacional e é mesmo aqui, é só atravessar a estrada.

Senhor Presidente, as pessoas vêm e as pessoas vão, mas as instituições ficam e as pessoas que dependem destas decisões, também. As decisões que toma hoje refletem-se em todos nós, estendem-se por muitos anos, hipotecam e limitam a ação de gerações futuras. Não sabemos o que vai acontecer com este edifício e quando soubermos, já será muito tarde para revertermos a situação, vai ser sempre tarde, a decisão é agora.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Quanto a nós, este processo devia ter sido conduzido com maior responsabilidade, maior ponderação e maior debate político. Devia ter existido um debate público sobre este assunto tão importante para o concelho. No nosso entender faltou a liderança e o peso político para conseguir conduzir este processo de outra forma.

Relativamente, à intervenção do Senhor Deputado Daniel Almeida, era só para mencionar que muitas das coisas que o Senhor Deputado disse, são efetivamente conquistas do Executivo anterior e que o Sempre na realidade nunca esteve no Executivo, acho que está um pouco baralhado.

Aproveito para desejar umas Boas Festas a todos e um Santo Natal a todas as famílias.

Christelle Varanda Domingos (PS)

A economia circular é nos dias que correm um dos temas chave que deverá estar presente em qualquer estratégia municipal. As cidades e os territórios têm de contribuir cada vez mais para a regeneração dos ecossistemas, para a reciclagem dos resíduos, para a redução do desperdício, para reutilização dos seus produtos, pelo envolvimento das pessoas, dos consumidores e de todos os atores. Pesa embora, muitos tendem minimizar estes investimentos como, investimentos menores. São investimentos preponderantes para sustentabilidade deste nosso território. É sob esta visão de consciencialização ambiental e para uma plena transição verde que este Executivo tem vindo a colocar uma parte substancial do seu esforço em ações muito concretas.

São disso exemplo, os investimentos em curso, no melhoramento de fornecimento de água e do encaminhamento das águas residuais e drenagem das águas pluviais e em curso por parte dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco de forma generalizada por todo o território municipal. Estes são importantes investimentos que não só garantem a proteção do ambiente e a garantia da saúde pública, como permitem melhorar as condições de drenagem de águas pluviais e o reforço da capacidade da recolha destas águas evitando assim potenciais situações de inundações urbanas.

Parte desta estratégia municipal, assenta também naquele que são as ações do projeto de recolha bio, financiado pelo fundo ambiental e operacionalizado pelos Serviços Municipalizados, que permitiu desde logo na sua primeira fase em agosto do presente ano, disponibilizar um serviço de recolha seletiva porta a porta, a todos os produtores de Castelo Branco e Alcains. A registar até à data os 96 estabelecimentos aderentes e os mais de 100.000 quilos de bio resíduos recolhidos e que foram devidamente encaminhados para a reciclagem, desviando assim do aterro sanitário os resíduos alimentares que podem e devem ser valorizados. Ainda ao nível deste projeto, foi inaugurado nos primeiros dias deste mês o primeiro dos 25 combustores comunitários a instalar por todas as freguesias do nosso concelho e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

que irá permitir às populações, o depósito dos seus resíduos orgânicos alimentares, e potenciar com isso novos produtos com valor acrescentado como o biogás e o composto.

A implementação desta estratégia seletiva de resíduos, pretende assim contribuir para o cumprimento das fortes imposições legais e das metas e objetivos estabelecidos a nível nacional e a nível comunitário, nomeadamente, na redução em aterro do máximo em até 10% de todos os resíduos em depósito.

Senhoras e Senhores Deputados, são de facto metas muito ambiciosas, mas possíveis com esta estratégia do desenvolvimento sustentável que garante a persecução das necessidades humanas ao nível económico e social sem colocar em causa as gerações futuras.

Senhor Presidente, sobre a sua liderança e visão, que se mantenha esta capacidade de trabalho, este foco e esta vontade de fazer acontecer.

Votos de umas excelentes festas para todos.

Joaquim Manuel Faustino (PS)

Desde já, dar os parabéns pela intervenção da Deputada Maria José Rafael, que ambos partilhamos dessa preocupação. Mas, também sejamos justos, há muito por fazer. Mas alguma “coisinha” já foi feita.

Agora, no diz respeito, ao Deputado António Fonseca e ao Deputado Paulo Almeida, não devemos andar a ler os mesmos documentos. E digo-lhe que não li sozinho, li com mais dois camaradas, fizemos o trabalho em grupo. E não devemos andar a ler os mesmos documentos, porque os valores que referiu para habitação, a ecopista que proferiu, se ler com atenção os valores estão lá e não são esses. Se não vejamos, este orçamento e estas grandes opções do plano, apresentam uma ambição, uma estratégia que diz não existir, bem, se está aqui traduzida em números é porque existe. Nestes documentos estão contemplados um milhão e trezentos mil euros para requalificação e infraestruturas para arruamentos da Carapalha que já estão em execução.

Um milhão e duzentos mil para a reconversão da pista de patinagem e do centro cívico, estão sessenta mil euros para obras de requalificação do parque de campismo, estão contemplados duzentos mil euros para os próximos dois anos para a reabilitação das piscinas do castelo, abandonadas há tanto tempo, não é.

Depois, estão contemplados trezentos mil euros para o próximo ano e três milhões para os seguintes, para requalificação da Escola Secundária Amato Lusitano, mais noventa mil euros para a valorização dos arruamentos do centro cívico de Castelo Branco, setenta e cinco mil euros para o projeto de beneficiação da zona de São Marcos, trezentos mil euros para a beneficiação do parque de desportos motorizados. Estão cento e cinquenta mil euros para a requalificação do complexo do cemitério municipal.

Este executivo não descarta o trabalho de formiguinha. Não. E tem estratégia? Tem.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Pode ser menos visível, mas se for ler, está lá e não está lá esse valor que disse. Mas mais, estão contemplados, quinhentos mil euros, em 2024, e depois um investimento de quase um total de dois milhões para a reabilitação e adaptação do edifício, onde se vai instalar a Escolas de Chefes.

Depois, dois milhões e quinhentos mil, já para o ano de 2024 para a construção da Unidade de Saúde Familiar na Avenida Nuno Álvares. Estão contemplados trezentos mil euros para o Centro de Apoio às Associações dos Lentiscais. Cem mil euros para a construção do Complexo Funerário de São Marcos, que todos reconhecemos que precisa de obras.

Não é só na cidade, podia elencar mais, podia-vos bombardear e massacrar com mais números, mas também nas freguesias estão contemplados aqui duzentos mil euros para a zona de Alcains, três milhões de euros para a construção de um Centro de Saúde, em Alcains, etc.

Curiosamente para terminar, não me vou alongar mais, também nas freguesias que por vezes este Executivo é acusado de voltar as costas, vão ler e estão lá contemplados também valores, alguns, penso que já estão em discussão.

Já agora, mesmo para terminar, há aqui, de facto, uma interpretação dúbia, naquilo que o Daniel disse, e a Ana corrigiu e muito bem, é que o S-MI nunca esteve no Executivo, isso é verdade e tem toda a razão. Nessa altura quem estava no Executivo era o PS.

Tenho dito. Boas Festas.

Francisco Manuel Pombo Lopes (PS)

A intervenção que preparei veio mesmo a calhar, e veio mesmo a calhar porquê? Porque é um exemplo nítido de uma concretização de uma estratégia de captação de investimento económico e ao mesmo tempo de preservação do património cultural e material e também de utilizar esse mesmo património cultural e material, em prol da cidade de Castelo Branco, em prol do nosso concelho.

Trata-se do seguinte, a cidade de Castelo branco, passou a integrar a Rede de Cidades Criativas da Unesco na categoria de artesanato e artes populares com o bordado albicastrense.

A candidatura albicastrense assente no Bordado de Castelo Branco, mereceu a aprovação daquele organismo mundial e note-se e sublinhe-se, é um organismo mundial.

A cidade que lançou a candidatura à integração na Rede das Cidades Criativas da Unesco em 2022.

A decisão foi tornada pública a 31 de outubro do ano passado, dia mundial das cidades, pela diretora geral da Unesco, que realçou a importância da entrada de novas cidades para esta rede, de cariz tão importante na defesa das entidades culturais e dos patrimónios e materiais.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A aprovação desta candidatura reconhece a nível mundial, a importância do bordado de Castelo Branco, enquanto, arte secular, símbolo da cidade e da região, expressão da identidade cultural e da criatividade albicastrense.

Os bordados albicastrenses são caracterizados por um estilo único e inconfundível, com motivos florais e geométricos, são bordados com cores vivas. São utilizados para decorar uma grande variedade de peças de vestuário, têxteis e objetos de decoração, todos podem ser produzidos com base no bordado de Castelo Branco e assim gerar valor acrescido a esses mesmos produtos, e espalhar por este mundo fora, o nosso bordado de Castelo Branco de forma condignamente efetuado.

Integrar esta rede, significa um passo muito significativo para a internacionalização o bordado de Castelo Branco, enquanto ativo cultural e de inquestionável valor económico. Representa também um contributo decisivo para a preservação da nossa entidade e património cultural.

Este é um exemplo nítido da implementação de uma estratégia, que poderá vir a contribuir para a captação de investimentos, poderá vir a contribuir para a preservação do nosso património e poderá contribuir também para salvaguardar postos de trabalho a nível das bordadeiras, e das gerações futuras que poderão assim dar continuidade ao nosso bordado de Castelo Branco e desta forma preservar o nosso bordado de Castelo Branco.

Esta integração da Rede da Unesco, é um exemplo claro de uma concretização com impacto económico, social e cultural, é transversal.

Está de parabéns o Município e todos quanto deram o seu contributo para Castelo Branco, integrar a Rede de Cidades Criativas. Permitam-me uma saudação especial ao Senhor Vice-Presidente enquanto Coordenador do processo de candidatura.

E, permitam-me, ainda dizer, que todos os albicastrenses devem se sentir orgulhosos desta integração da rede da Unesco porque não é todos os dias que uma cidade passa a integrar uma rede internacional e mundial, com este cariz e com esta visibilidade que é dada ao nosso Município a nível internacional e valorização do nosso património e da defesa do nosso património.

Desejo a todos uma Boas Festas e paz para este mundo que bem precisa.

Presidente da Assembleia Municipal

Antes de dar a palavra ao Senhor Presidente para fazer os comentários que entenderem como oportunos e pertinentes, quero dizer que em nome da Mesa registo aqui o reparo do Senhor Deputado, Carlos Antunes, relativamente, à disponibilização de documentos para esta Assembleia Municipal.

Entendo que a sua crítica é legítima e justa e acompanho-o nesse sentimento e refiro aqui também a minha insatisfação e às vezes a minha frustração por não conseguir fazer mais e melhor.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

De qualquer forma, acho importante, hoje, dizer o seguinte:

Obviamente, há causas que levam a esta situação e estas causas são de ordem conjuntural e de ordem estrutural.

As razões conjunturais, prendem-se com o facto de os documentos só poderem chegar à Assembleia Municipal depois da necessária e obrigatória aprovação na reunião do Executivo Municipal. Por vezes, essas reuniões acontecem habitualmente muito em cima e a pressa de enviar os documentos para cumprir os prazos legais leva há existência de erros e lapsos que não são justificáveis e diria mesmo desagradáveis.

As razões estruturais têm que ver com o pouco respeito com o que a legislação autárquica trata este Órgão. A Assembleia Municipal enquanto entidade fiscalizadora da Câmara Municipal não tem autonomia, não tem orçamento, nem recursos próprios, o que é lamentável. Obviamente, tem um orçamento, mas esse orçamento não é definido por nós.

O Presidente e a Mesa da Assembleia Municipal têm o estatuto igual a qualquer um dos Senhores Deputados. Não temos mais regalias do que qualquer um de V. Excelências. Em termos práticos, não estamos a desempenhar este cargo a tempo inteiro e também não nos estamos a queixar.

O Presidente e a Mesa da Assembleia Municipal, não tem ainda um estatuto especial que lhe permite qualquer ascendente hierárquico funcional sobre os dirigentes e sobre os funcionários. Depois acontece, no caso, da nossa autarquia, o Setor de Apoio aos Órgão Municipais só tem dois funcionários para o Executivo e para a Assembleia Municipal. Chegamos assim, chego eu, chega a Mesa à conclusão que talvez haja a óbvia necessidade de reforçar este setor com mais pessoas de forma a que se possa programar e preparar com mais antecedência as convocatórias e os documentos correspondentes e dar resposta a toda a comunicação que chega a este Órgão.

Só a título de exemplo, e como os Senhores Deputados compreendem, por exemplo, as atas deste Órgão, normalmente, chegam a ter quase uma centena de páginas e, obviamente, isto dá muito trabalho e dá origem a erros.

De qualquer forma e para concluir, quero dizer à Assembleia Municipal que da parte do Presidente e da Mesa estamos disponíveis para tomar medidas que permitam resolver na medida do possível e de forma definitiva esta manifesta ineficiência.

Nesta perspetiva, quero comunicar que temos uma plataforma de gestão que não está a ser utilizada de forma, digamos, habitual pelos Senhores Deputados e a partir do próximo ano a proposta e a ideia, é que toda a comunicação que exista entre a Mesa e os Senhores Deputados, possa ser feita a partir da Plataforma de Gestão. Estão aqui dois elementos da Empresa que é a autora desse software que está a ser revisto e está a ser feita uma atualização, no próximo ano contamos que haja mais condições para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

que possamos ter uma situação muito mais eficiente, eficaz e que satisfaça a todos e que não traga este tipo de problemas como aconteceram agora.

Em nome da Mesa peço desculpa aos Senhores Deputados por esta situação.

Presidente da Câmara

Senhor Deputado do MPT, António Fonseca, de facto, o senhor ou tem andado distraído, ou não está a ver bem a coisa.

O Daniel Almeida, falou sobre a estratégia do Município que o senhor parece que não vê e que acredito que outros parece que também não vê. Quer lançar a ideia que não existe estratégia, que não se faz nada, quando, aquilo que são os factos, demonstram exatamente o contrário. Existe, de facto, uma estratégia clara e uma estratégia que está a ser executada de acordo com aquilo que é o objetivo da Câmara Municipal para o território, para os albicastrenses e para o desenvolvimento do concelho. Já o repeti inúmeras vezes, o país e a região vivem um inverno demográfico, a que urge fazer face e encontrar alternativas. As nossas empresas só terão trabalhadores e capacidade para aumentar a sua intervenção e o seu impacto no tecido económico local, se tiverem pessoas para trabalhar, com formação, jovens e pessoas dedicadas.

E é a pensar nos jovens e a pensar nas empresas, suportadas pelo trabalho desses mesmos jovens que a Câmara Municipal, este Executivo, desde a primeira hora, desenvolveu uma estratégia para atração e fixação de jovens, que o Daniel já aqui explanou, mas que volto a repetir. É a pensar nos jovens que decidimos implementar o pagamento das refeições nas creches e nos jardins de infância, é a pensar nos jovens que decidimos devolver 150 € às famílias que têm crianças nas creches e que ainda não estão isentas pelas medidas do governo central. É a pensar nas famílias, nas jovens famílias que desenvolvemos o programa a Escola a Tempo Inteiro, que contratou cerca de setenta técnicos neste ano letivo que transitou e também no que se está a iniciar. A pensar nas famílias, nos jovens, no acompanhamento por parte de profissionais de excelência durante as atividades não curriculares, que permitem às famílias ter esses mesmos jovens nas escolas em atividades que promovem o seu desenvolvimento e promovem a aquisição de competências.

É também a pensar nas jovens famílias, a pensar nas respostas, às mesmas, e a pensar na capacidade de atração e de fixação, que decidimos a construção de três creches, uma no bairro das Violetas, outra na Quinta Pires Marques e outra em Alcains. Efetivamente, como é que podemos convencer as jovens famílias a viver em Castelo Branco, como é que podemos convencer os jovens casais a ter mais filhos, se depois não temos as condições práticas e objetivas para dar resposta a essas famílias, nomeadamente, com lugares em creches e sabemos que algumas famílias estão com dificuldades até em exercer a sua



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

atividade profissional por falta de uma creche onde deixar os seus filhos. Se isto não é uma estratégia para o território, Senhor Deputado, se isto não tem em intenção do que são os objetivos do território, então não sei que fator negativo é que o senhor Deputado vê nesta situação. É que esta crítica, que não é exclusiva sua, á outras pessoas a enveredar pelo mesmo tipo de críticas e eu, estou convicto que aquilo que estamos a fazer, o que estamos a implementar, contraria exatamente aquilo que diz. Não posso deixar que diga que não temos uma estratégia, quando estamos extremamente atentos no que se passa na Saúde, outra dinâmica numa área muito importante que é saúde familiar, tenha a resposta adequada por parte da entidade que tem a responsabilidade, mas com apoio e com a colaboração da Câmara Municipal. Foi por essa razão que quando confrontados com facto de haver dificuldades na implementação das Unidades de Saúde Familiar, a Câmara Municipal tomou a iniciativa de procurar um espaço onde pudesse acolher uma Unidade Familiar, dado que uma delas está já em funcionamento há bastante tempo, a de São Miguel, havia uma segunda prevista, para São Tiago também com a possibilidade de vir aí funcionar. A Câmara Municipal encontrou uma alternativa através do arrendamento por ela própria, da ex-clínica das Violetas para aí instalar a Unidade de Saúde Familiar que neste momento já está em funcionamento, a decorrer de acordo com os objetivos definidos e a dar resposta às populações.

É também a pensar numa estratégia para o território e na implementação para o território que decidimos avançar com a construção de um novo Centro de Saúde, em Alcains, cujo processo de contratação da construção está a finalizar e que no início do próximo ano irá iniciar as suas obras. Um Centro de Saúde moderno, que dê resposta àquilo que são as condições de trabalho dos funcionários desse mesmo Centro de Saúde, nomeadamente, de médicos, enfermeiros, assistentes técnicos, mas também que dê melhores condições de acessibilidade aos utentes, que dê melhores condições de conforto aos doentes que procuram esse Centro de Saúde e que no fundo valorize o sistema de saúde, aquilo que é o trabalho dos profissionais de saúde e ao mesmo tempo beneficie a população que usufrua do mesmo.

É também a pensar na saúde e na dinamização e das condições para o exercício da prática médica e de enfermagem e da acessibilidade por parte dos utentes, que decidimos avançar com a reconstrução da vivenda do médico Dias de Carvalho, na Avenida Nuno Álvares, para a concretização de uma Unidade de Saúde Familiar que aqui será implementada, sendo que a Unidade de Saúde Familiar que neste momento está a funcionar nas Violetas, virá a trabalhar para o centro da cidade com uma distribuição homogénea em termos do território da cidade no que diz respeito à oferta médica e de saúde.

Foi aqui colocada a questão sobre a Unidade Local de Saúde e os problemas relativos à disponibilidade de médicos, repito aquilo que disse, a Unidade de Saúde Familiar de Castelo Branco, felizmente tem conseguido suportar aquilo que são as grandes dificuldades nacionais, da falta de médicos em algumas especialidades e até ao momento tem conseguido dar resposta àquilo que são essas mesmas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

necessidades, com muito esforço, é verdade, com custos muito elevados, mas ainda assim, conseguindo dar essa resposta muito positiva.

Falamos também de estratégia quando planeamos e quando intervimos junto da atração de empresas. Não é uma tarefa fácil, atrair novas empresas e precisamos daquilo que há pouco lhe acabei de dizer que é criar condições para que a população se aqui fixe, não abandone este território e que a população dê resposta a essas mesmas empresas. As notícias que aqui temos tido, relativamente, às empresas e à sua dinâmica, Senhora Deputada Maria José Rafael, deixa-nos a muita distância daquilo que a Senhora aqui quer insinuar. Castelo Branco, continua a ser um farol na área do desenvolvimento económico e na área empresarial, Castelo Branco continua a atrair empresas de excelência e continua a aumentar a capacidade de empresas de excelência. E, Castelo Branco continua a atrair para aqui jovens e jovens formados, com qualidades que dinamizam essas mesmas empresas e que dão resposta ao tecido empresarial do nosso concelho.

Acredito que a estratégia que estamos a implementar de apoio às famílias é tão relevante e têm contribuído decisivamente para esse aspeto. Recordo a instalação, não há muito tempo na zona histórica, da TRH com mais de vinte jovens qualificados, muitos deles aqui de Castelo Branco, outros que vieram de fora para trabalhar, nomeadamente, quatro que vieram da Índia promover também a economia de Castelo Branco e do território.

Relembro aquilo que já aqui foi dito, do investimento previsto pela APTIV, que escolhe Castelo Branco, o primeiro investimento da APTIV dos últimos trinta anos, investimento que acredito que se venha a concretizar com o apoio da Câmara, é certo, de modo a dar sequência a um conjunto de investimentos que são estruturantes. É uma empresa nova, é uma empresa na área das novas tecnologias, da tecnologia de ponta e, portanto, valoriza Castelo Branco, valoriza o tecido empresarial de Castelo Branco.

Recordo também dois prémios, recentemente, obtidos por empresas locais. Recordo um prémio obtido pela Mecalbi, ainda recentemente pela COTEC, recordo um prémio obtido nos últimos dias, ontem mesmo, um prémio de inovação, um prémio de excelência e um prémio que reconhece aquilo que é o valor destas empresas a sua capacidade de inovação e a sua capacidade de resposta aos desafios da indústria e aos desafios de tecnologia de ponta.

Recordo Senhora Deputada Maria José, que Castelo Branco tem onze superfícies comerciais, tem inquestionável a maior superfície comercial e refiro-me concretamente ao JUMBO, pelo número de postos de trabalho, pela oferta de produtos que aí promove, pela dimensão da superfície. Aquele exemplo que a Senhora estava a dar, nada tenho contra a Covilhã, antes pelo contrário, tenho uma excelente relação com o Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã e com os Senhores Vereadores da mesma. Mas, o exemplo que estava a dar da Covilhã, só a esse nível e se isso é um fator de atratividade tão importante



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

como a Senhora Deputada diz, a Covilhã tem sete superfícies comerciais, se fosse isso que retratasse o desenvolvimento de um território, só por aí, Senhora Deputada, estávamos conversados.

Mas, não é isso, efetivamente, que reflete e caracteriza um território, um território é muito mais que isso. Um território é a capacidade de gerar emprego, um território é a capacidade de gerar compras, é a capacidade de dinamizar o tecido económico. Para que tenha uma ideia daquilo que se passa, consulte os dados, relativamente, a estes aspetos e verá certamente que Castelo Branco é, efetivamente, o grande centro de desenvolvimento de toda esta região do interior e que Castelo Branco, se afirma, em termos económicos, sociais, educativos e de resposta a muitas áreas de desenvolvimento e também muitas áreas de atração.

Temos uma cidade bonita, uma cidade arrumada e uma cidade onde dá gosto viver.

A Senhora Deputada Maria José, já devia ter percebido, até porque é professora e sabe a quantidade de alunos que entraram no último ano letivo nas nossas escolas, que efetivamente Castelo Branco está a atrair população. Está a atrair população fundamental para o desenvolvimento da economia e também para a resposta às empresas do nosso território.

Recordo, por exemplo, que só uma empresa que atua em Castelo Branco, tem cerca de 1400 trabalhadores, tem neste momento mais de 30% dos seus quadros, com trabalhadores estrangeiros que aqui se fixaram, que dão resposta às necessidades de emprego e que aqui criam riqueza. São de certeza absoluta, novas famílias, cujos filhos, frequentam as aulas onde a Senhora dá aulas, onde sou professor e frequentam as escolas do nosso concelho, relevando por isso esta capacidade de atração, esta capacidade de fixação. E isso, não se faz com a Câmara Municipal, não se faz com atores individuais, faz-se com um tecido empresarial que é empreendedor, com um tecido empresarial e com empresários que dão muito de si, no sentido, de atrair novos investimentos ou de reforçar os investimentos que estão a fazer.

A própria Schreiber que tem um volume de faturação bastante significativo, está a aumentar as linhas de produção, a reforçar a sua capacidade produtiva, e está a criar melhores dinâmicas a este território. Seria bom, Senhora Deputada e Deputados, que valorizássemos Castelo Branco, o esforço dos nossos empresários, que valorizássemos o empenho da Câmara Municipal e a criação de condições, por parte, da Câmara Municipal para a fixação, para a atração de pessoas e para o desenvolvimento do território. Mas, agarramo-nos a coisas pequenininhas, pequenos factos, para tentar denegrir um concelho que é nosso, um concelho que devemos valorizar, pelo qual, devemos lutar e um concelho que muito nos orgulha pela sua dinâmica económica, social, e também pela sua capacidade de fazer e pela sua capacidade de se afirmar.

Senhor Deputado, António Fonseca, de certeza que não vê as notícias e que não está atento ao que se vai passando no nosso território.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A Câmara Municipal, também está a intervir a nível da habitação, Senhora Deputada, Maria José. Não está refletido neste orçamento porque ainda não fizemos um contrato com o IHRU. Não está porque esse passo que está para ocorrer, em breve, ainda não se concretizou e só nessa altura, faremos a Revisão Orçamental para contemplar o valor necessário para o desenvolvimento de uma estratégia de desenvolvimento de habitação. Habitação de arrendamento acessível, habitação com um projeto de requalificação do parque habitacional social, que em algumas situações se encontra bastante degradado e também reforço do que é a habitação, no âmbito, do 1º direito.

O edifício da Caixa Geral Depósitos, parece que o edifício seria o baluarte do desenvolvimento do território. Até parece que aquilo que são os normativos legais de classificação dos imóveis não protegem a CGD. Parece Senhora Deputada, Ana Cristina, que um destes dias alguém vai pegar no edifício da CGD, o vai dismantelar, ou vai numerar as suas peças e o vai levar para outro lado, efetivamente, isso não é assim.

Este edifício, é um edifício classificado, que está protegido pela lei e, portanto, tanto valoriza o território estando na posse da Câmara Municipal, como estando na posse de privados. Ao Presidente da Câmara Municipal, compete acautelar aquilo que é a guarda do interesse público, compete salvaguardar aquilo que são os interesses dos albacastrenses. Seria até simpático para o Presidente da Câmara Municipal, adquirir a CGD se fosse ficar para a história como o Presidente que comprou o edifício da Caixa Geral Depósitos. Mas, não é isso que move o Presidente da Câmara Municipal, ou o Executivo da Câmara Municipal de Castelo Branco.

O Executivo da Câmara Municipal, tem preocupações com o desenvolvimento do território, com a criação de condições de vida e com as pessoas que vivem no território. E foi por isso, também, e com a responsabilidade que isso venha a acontecer que o Presidente da Câmara, reuniu há poucos dias com direção da obra de Santa Zita, transmitindo-lhe a disponibilidade da Câmara Municipal para encontrar uma solução para um problema que estava a surgir e que aí, sim, podia condicionar a resposta social, às famílias. Refiro-me à presença da obra de Santa Zita, tão valorizada pelas famílias que têm filhos ou netos na instituição e tão valorizada também pelos atores educativos do nosso território. E, é aí que a Câmara Municipal age e tem a obrigação de encontrar as condições e respostas.

Certamente, Senhora Deputada, não estava à espera de colocar uma creche, ou uma escola no edifício da CGD. Certamente, a Câmara Municipal teve a preocupação de encontrar uma solução para um caso que aí sim, poderia ser problemático e trazer-nos fortes constrangimentos.

O edifício da CGD foi adquirido por um particular, fica salvaguardado a sua arquitetura, salvaguardado pela sua presença na cidade, fica salvaguardado também no seu uso, porque existem entidades que regulam os usos deste tipo de edifícios, nomeadamente, a Direção Geral da Cultura e também a Câmara Municipal. Seria por vaidade, se o Presidente da Câmara Municipal adquirisse o edifício da CGD, seria



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

para ficar para a história, o Presidente que adquiriu o edifício da CGD. Repito, não é isso que nos motiva, seguimos aquilo que são as opiniões e pareceres fundamentados dos nossos técnicos que desde o início que consideraram que o valor dos oitocentos e quinze mil euros, que depois foi até aos oitocentos e vinte e um mil euros, exagerado.

Ainda assim, este edifício não está em risco, a cidade não fica a perder absolutamente nada pelo facto da Câmara Municipal não o ter comprado.

Referiu que tivemos critérios, efetivamente, tivemos critérios. Temos critérios na aquisição de edifícios ou de imóveis que dão resposta às nossas necessidades e, foi por essa razão que adquirimos e voltamos a falar de estratégia, voltamos a falar daquilo que é a capacidade de Castelo Branco se afirmar para liderar uma região.

Foi assim que decidimos adquirir o edifício do ISMAG que irá colocar uma instituição tão nobre como um Tribunal de Relação, numa zona tão importante que hoje já foi aqui referida, que é a zona central da cidade de Castelo Branco. Aí efetivamente, tivemos um critério de objetividade, o critério da resposta às nossas necessidades e o critério de termos Castelo Branco a afirmar-se e conseguir captar, neste caso, uma instituição com a referência daquela que estamos a falar.

E, sim, propusemos a aquisição da ex-pensão Arraiana, com um objetivo concreto e com o objetivo muito centrado de dar condições a quem quer viver em Castelo Branco, e que transitoriamente não tem condições para o fazer. A pensão Arraiana, tem trinta e poucos quartos, tem condições para ser reabilitada com alguma celeridade e tem condições para aí acolher estudantes, ou profissionais que transitoriamente precisem de habitação. Estamos a falar de residências partilhadas e estamos a falar mais uma vez de um investimento concreto da Câmara Municipal de Castelo Branco para dar resposta às pessoas e ao território. Não compramos a pensão Arraiana por vaidade pessoal, não apenas porque sim, propomos comprar a pensão Arraiana com o objetivo muito concreto, muito focado e com objetivo de desenvolvimento. E foi por essa razão que compramos o terreno contíguo ao Parque do Barrocal, não o compramos apenas porque sim, não compramos para que ali termos mais um conjunto de hectares, compramo-lo com o objetivo também de dar sequência ao desenvolvimento da zona sul da linha do caminho de ferro e que a seu tempo será enquadrado dentro daquilo que é também a estratégia para desenvolvimento dessa parte do nosso concelho e cidade.

Foi também com o objetivo muito concreto que adquirimos dois terrenos ao lado da APPACDM. Foi também com um objetivo muito concreto que adquirimos um terreno numa zona que se chama Entrecaminhos. Foi a pensar no futuro, a pensar na habitação e na nossa capacidade de dar resposta, nesse âmbito, que é tão importante a disponibilidade de habitações, que compramos esse terreno, logo no início do nosso mandato e, hoje, é um dos terrenos sinalizados para a construção de habitação a preços acessíveis.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Falamos de mobilidade, o Senhor Deputado, Paulo Almeida, fala de mobilidade com um enorme entusiasmo que o caracteriza, como se há sua volta não existisse nada. Estamos a trabalhar também, nesse sentido, posso dar aqui alguns exemplos, no decorrer deste ano, a Câmara Municipal através dos Serviços Municipalizados, adquiriu seis carros 100% elétricos. Estamos a finalizar o procedimento para a aquisição de dois carros também para a Câmara Municipal de Castelo Branco 100% elétricos e também adquirimos um carro híbrido para os Serviços Municipalizados. Queremos a própria Câmara Municipal, a dar o exemplo e também a optar por uma mobilidade elétrica, até porque o parque automóvel da Câmara Municipal é efetivamente bastante antigo, precisa de renovação e com o qual estamos a trabalhar.

No que diz respeito às docas para as bicicletas, estamos a falar de oito locais para isso, estamos a falar de 43 bicicletas. Relativamente, ao regulamento, ainda não está concluído, está neste momento em discussão pública e, portanto, também aí poderão dar o vosso contributo para que essa discussão se faça e para que se faça com a valorização deste programa de mobilidade suave.

João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA)

É só um pedido de esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara, que não respondeu à pergunta sobre a festa de final de ano, nem à pergunta da minha colega de bancada, Conceição, sobre o trabalho precário que é oferecido a quem está inscrito no Centro de Emprego para trabalhar nas escolas que são da responsabilidade da Câmara e que recebem abaixo do salário mínimo nacional.

Presidente da Câmara Municipal

Foi-me colocada uma questão muito concreta sobre a Escola Faria de Vasconcelos, tenho a informação que é necessária uma nova caldeira para dar resposta ao aquecimento da escola. Já fizemos o mesmo na Escola Cidade de Castelo Branco, agora estamos com um procedimento a decorrer para aquisição de uma nova caldeira e que por essa via se possa dar resposta ou melhorar as condições de aquecimento da água.

Quanto à festa da passagem de ano, acredito que esta festa terá todas as condições para novamente colocar Castelo Branco naquilo que são as cidades promotoras de eventos de qualidade.

A Passagem de Ano será, certamente, um evento de grande qualidade com a participação dos albicastrenses, mas também com a participação de muita gente de fora de Castelo Branco. Ainda, ontem, tive a ocasião de falar com um promotor que disponibiliza quartos e que disponibiliza a oferta hoteleira e que já tem esgotado a sua capacidade para a Passagem do Ano, o que é um prenúncio que a festa de final de ano, será novamente marcante na cidade e no concelho de Castelo Branco.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 1 - Apreciar uma informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal e situação financeira do Município.

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 21/12/2023
Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal

(alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 35.º do RAMCB)

- a) e b) Atividades desenvolvidas pelas associações, fundações e outras entidades de cariz não empresarial, bem como nas empresas municipais ou outras entidades em que o Município detenha alguma participação no capital social ou equiparado, e os resultados disponíveis de natureza económica financeira: têm-se pautado pela normalidade, nada havendo a registar. Os relatórios de atividades e contas têm vindo a ser oportunamente remetidos, nos termos da lei, aos órgãos municipais.
- c) Situação financeira em 15/12/2023:
 - i) Saldo de Operações Orçamentais – €40.152.455,89
 - ii) Saldo de Operações Não Orçamentais – €2.622,81
 - iii) Valor em dívida em 15/12/2023 – €404.303,32
 - iv) Outros:
 - CMCB – Ver anexo I.
 - SMCB – Ver anexo II.
- d) Reclamações: Nada a assinalar.
- e) Recursos hierárquicos – Nada a assinalar.
- f) Processos judiciais em curso/ fase processual atual – Ver anexo III.

Presidente da Câmara Municipal

Os documentos referentes à a informação do Presidente, penso que forma distribuídos e, portanto, são conhecidos por todos os membros desta Assembleia Municipal.

Queria deixar aqui duas ou três notas daquilo que estamos a fazer e que considero relevante para o desenvolvimento do nosso território e para afirmação de Castelo Branco. Há poucos dias tivemos a chegada a Castelo Branco de um avião Falcon, um avião produzido pela empresa Dassault, e que vem aqui abrir uma nova área de intervenção da resposta de Castelo Branco, relativamente, às as áreas de aeronáutica.

A Dassault, como provavelmente sabem é um dos maiores fabricantes mundiais de jatos privados, um grupo empresarial com enorme dinâmica a este nível e a escolha de Castelo Branco por parte desse grupo para aqui desenvolver a sua atividade, congratula-nos e abre boas perspetivas para o futuro.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Na última reunião pública da Câmara Municipal, essa mesma empresa, adquiriu dois lotes de terreno na zona do aeródromo para a construção de hangares para aumento da sua intervenção em Castelo Branco. Temos recebido por parte de outros municípios, e de responsáveis de outros municípios e também de aeródromos municipais, os parabéns pelo facto de termos trazido para Castelo Branco uma empresa com a dimensão da Dassault e com a capacidade de intervenção da Dassault. A aeronáutica e aquilo que a mesma proporciona, em termos, de desenvolvimento dos territórios, é algo que hoje é relevante e, no qual, pretendemos trabalhar.

Pretendemos fazê-lo com o Instituto Politécnico de Castelo Branco, com o Centro de Emprego e Formação Profissional de Castelo Branco e com a Universidade da Beira Interior, pretendemos fazê-lo também com aquilo que é o com aquilo que são os meios técnicos e tecnológicos do Instituto de Soldadura e Qualidade, que está sediado em Castelo Branco. Acredito que a partir desta área e da área da aeronáutica, teremos condições para criar mais emprego, para melhorar a nossa oferta formativa e para que aqui sejam formados profissionais relacionados com esta mesma área.

Queria também deixar aqui a informação que na próxima, sexta-feira, teremos em Castelo Branco a presença da Senhora Ministra da Habitação. É uma visita enquadrada dentro daquilo que é o protocolo, o protocolo da Comunidade da Beira Baixa com o Ministério da Habitação e com o IHRU e que tem como objetivo, celebrar protocolos dos Municípios, a Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa e com IHRU para construção de habitação a renda acessível.

Também dentro daquilo que é a nossa estratégia para atração e fixação de pessoas, não podíamos deixar para trás a habitação. A habitação é de facto, hoje, o eixo fundamental para que mais pessoas possam aqui viver. Ontem mesmo, em reunião com a Diretora de uma escola, me dizia que tinha quatro alunos inscritos desde o início do ano letivo, numa das turmas e só esta semana, esses alunos vieram para Castelo Branco porque até ao momento ainda não tinham encontrado uma casa, ou um apartamento que pudessem alugar. Foi-lhes disponibilizado pela escola, quatro quartos numa pensão do concelho de Castelo Branco, para que esses alunos possam assistir presencialmente às aulas e possam ter resposta de uma necessidade que é fundamental e que é básica em qualquer território. Este é apenas um exemplo de muitos da importância da habitação e da construção de novos fogos habitacionais.

A visita da Senhora Ministra, vem dar resposta aos nossos objetivos e vem criar as condições para que a Câmara Municipal, possa concretizar esta estratégia de construção de novos fogos e da disponibilidade desses fogos para novos residentes, ou a residentes que já qui estão. Não construiremos casas em concorrência com as empresas locais. As empresas locais que promovem a construção de habitação têm os seus clientes e públicos e acredito que elas próprias podem estar envolvidas nesta estratégia de construção de nova habitação, pois não será Câmara de forma direta que vai construir estas habitações, serão construídas por empresas e acredito que as empresas que atuam no nosso território, que trabalham



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

na área da construção de habitação tenham disponibilidade para concorrer aos concursos que forem lançados e, portanto, para dar também resposta por essa via a esta necessidade de novas habitações.

Relembro também que a habitação a preços acessíveis, com rendas acessíveis não são para a vida. Não é uma habitação que dê resposta para a totalidade da vida de uma família num parque habitacional. Serão arrendamentos por períodos limitados até que as famílias tenham melhores condições para construir as suas casas, ou arrendarem outras casas.

São dois aspetos que queria aqui realçar, que muito valorizam o território e acredito que são fundamentais naquilo que é o futuro de Castelo Branco e o futuro da nossa região.

João Ribeiro (CHEGA)

Não percebo nada de aviação, foram questões que me colocaram e gostava de ser esclarecido.

Relativamente, à empresa que se vai aqui instalar, em Castelo Branco, falando em “modo jargão” é uma sucata de aviões, ou é uma empresa que reabilita e, realmente, vai ser reutilizado novamente na aviação.

Relativamente, ao aeródromo, algumas pessoas que estão na área da aviação, dizem que o nosso aeródromo não permite o reabastecimento da maior parte dos aviões e têm que ir a Ponte de Sor, abastecer. Gostava de saber se é verdade, ou não? E se é uma situação que se pudesse ultrapassar e colocar Castelo Branco um aeródromo de referência?

Mais duas questões, a primeira, vejo que a visita da Senhora Ministra da Habitação e peço desculpa achar graça, mas isto é campanha eleitoral do PS que vem fazer para o concelho, mas já estamos habituados.

Outra questão ainda, reparei que ontem e sou adepto de ciclismo, estive em Madrid na apresentação da “Vuelta a Espanha” do próximo ano que vai ter uma etapa a terminar em Castelo Branco, e a minha pergunta é, qual o custo que isto terá para a nossa Câmara? E, hoje, que já se falou tanto de mobilidade.

Qual foi o meio de transporte da nossa Câmara para se deslocar a Madrid à apresentação?

Carlos Manuel Freire Antunes (PSD/CDS/PPM)

Senhor Presidente da Câmara, na informação financeira e de investimento, se não me engano, na página 1, penso que é inclusivamente na primeira linha, há um custo de 83.875 €, uma adjudicação direta a uma clínica veterinária. Gostava de saber o porquê do ajuste direto, neste montante, uma vez que existem tantas e várias clínicas veterinárias em Castelo Branco? E se este valor está, digamos, autorizado para ajustes diretos, o que me pareceu bastante elevado?

Presidente da Câmara Municipal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Senhor Deputado do CHEGA, temos sempre duas formas de olhar para as coisas. Olhamos pelo aspeto negativo, ou pelo positivo. Tanto quanto sei o avião Falcon que está neste momento estacionado na placa do aeródromo municipal custou três milhões de euros.

Muito gostaria de ter no meu quintal uma sucata com este valor.

Relativamente, ao combustível, efetivamente, não temos um depósito enterrado para fornecimento de combustível. Temos outra solução que responde às necessidades dos utilizadores do aeródromo, em devido tempo procuraremos dar condições também com um depósito subterrâneo.

Relativamente, à presença da etapa da “Vuelta em Castelo Branco”, bem gostaria de ter ido de bicicleta, mas os compromissos com Castelo Branco não me permitem fazê-lo. Eu saí de Castelo Branco, às 14h.30m e cheguei às 2h.30m da manhã. Fui participar no evento de apresentação da volta, estive com muito gosto nesse evento e devo dizer que o investimento que a Câmara Municipal vai fazer, são cento e vinte mil euros, bem justificará aquilo que é a passagem da volta em Castelo Branco.

No ano passado, tal como aconteceu nos anos anteriores, apoiamos aqui a presença da final da volta a Portugal de bicicleta, cujo, o valor rondou os oitenta mil euros e este ano estamos a investir um valor de cento e vinte mil euros, para assistirmos aqui, a final, das muitas etapas da Vuelta a Espanha. É um valor muito inferior daquilo que se investe por exemplo Lisboa, ou que investe Cascais e é um valor de certeza absoluta, muito inferior ao que investem outras cidades. Recordo que este é um dos maiores eventos desportivos mundiais, é o segundo maior evento ciclista mundial, é acompanhado por 190 países através de transmissão televisiva, vai trazer uma caravana de aproximadamente, 3500 pessoas e movimentar à sua volta meios de divulgação ímpares, em termos, daquilo que são a promoção dos territórios e também da nossa região.

Enquanto, que uma etapa da volta a Portugal é acompanhada por um helicóptero, estas etapas da volta a Espanha, segundo me disseram e não tenho a certeza que sejam estes os números, mas foi o que me disseram, são acompanhados por seis helicópteros, sendo que um desses tem como objetivo específico e concreto a divulgação de imagens do território e já nos foi pedido para sinalizar aquilo que são os pontos de referência do concelho e na Freguesia de Castelo Branco para que esse helicóptero que tem esse objetivo muito específico, saiba aquilo que vem para filmar. Sabemos também que mais de 30% das pessoas que assistem a eventos de ciclistas, o fazem para ver as paisagens, ver os monumentos e para ver tudo aquilo que um evento como uma volta consegue proporcionar.

Portanto, foi uma decisão, deste Executivo, aderir àquilo que é uma presença da volta em Castelo Branco. E eu, com disse, tive muito gosto em ir a Madrid, saiu-me do corpo, se assim, posso dizer, porque fazer oito horas de viagem em tão pouco tempo tem alguns custos, mas não quis deixar de estar presente, e não quis deixar de estar presente nas instalações da ASAE para acompanhar a visita do Senhor Secretário de Estado do Turismo que tem também a tutela da ASAE, para conhecer as instalações, aquilo que é a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

resposta que Castelo Branco consegue dar também ao nível das instalações e ao mesmo tempo para fazermos uma entrega simbólica de alguns bens apreendidos pela ASAE, a três instituições muito relevantes do nosso concelho.

Quanto à pergunta do Senhor Deputado, Carlos Antunes, ainda bem que a faz porque às vezes criam-se alguns equívocos, relativamente, àquilo que é a contratação, e às condições da contratação. Temos em Castelo Branco, um número muito acentuado de gatos que precisam de ser esterilizados, Câmara Municipal, os Serviços Técnicos da Câmara, são questões técnicas, eu apenas autorizo despesas, lançaram vários concursos para aquisição de serviços de esterilização para gatos e de outros animais e esses concursos ficaram todos desertos. Ou seja, não houve clínicas que tivessem concorrido a esse mesmo concurso. E, perante a ausência de resposta, tivemos naturalmente que encontrar uma solução dentro do que são os condicionantes da contratação pública. Neste caso, concreto, foi possível fazer um ajuste direto e o mesmo aconteceu, já agora, relativamente, a duas ou três situações também elas críticas e também a necessitar de uma intervenção urgente. Refiro-me ao largo de festas, ao largo central da Partida que em devido tempo decorreu um concurso, iniciaram-se a obras que eram para estar concluídas no prazo de quatro meses, portanto as obras começaram em junho ou maio de 2021, deviam estar concluídas ainda antes das eleições e o que é certo é que o empreiteiro não conseguiu concretizar. E durante muito tempo, este empreiteiro arrastou a conclusão daquela obra. Lançamos também um concurso, depois de termos rescindido, é um calvário este tipo de procedimentos e depois de termos rescindido com o empreiteiro, lançamos o concurso e o mesmo também ficou deserto porque supera aquilo que é o valor para o ajuste direto, no âmbito, das obras e das empreitadas e também recorremos a um ajuste direto devidamente justificado.

O mesmo aconteceu, relativamente, a uma intervenção que necessitamos de fazer no Call center, da Segurança Social. Também desenvolvemos um concurso, também demos oportunidade às empresas e ao mercado de concorrer, mas também aí não houve concorrentes e também conseguimos, os serviços técnicos é que o fazem, não sou eu e também aí conseguimos, está agora em procedimento, levar por adiante, o ajuste direto de modo a dar resposta também a esta necessidade, sendo que neste caso o valor do ajuste direto, tem como limite o preço base que foi disponibilizado no âmbito do concurso.

António Augusto Cabral Marques Fernandes (S-MI)

Em primeiro lugar, gostava de desejar Boas Festas para todos e que o Ano de 2024 nos traga o racional que necessitamos para fazermos mais, melhor por Castelo Branco. Nós, do S-MI, cá estaremos com o mesmo entusiasmo de sempre, com aqueles que nunca aqui estiveram, mas com aqueles que cá estiveram e que as amarras do PS desapareceram e vieram para o centro e estão no centro e nós



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

gostamos muito que eles cá estejam, acho que estão a fazer um bom trabalho, as portas do Sempre continuam abertas e, portanto, venham mais, mas venham os bons.

Agradeço o documento que o Senhor Presidente nos enviou, acerca daquilo que é a Atividade da Câmara Municipal, lamento o atraso que houve no documento, até porque o Senhor Presidente da Assembleia Municipal já aqui referiu que vai ter o maior cuidado possível, dentro daquilo que são os seus recursos e, portanto, sou sincero, não tive oportunidade de ler detalhadamente o documento, se bem que ainda que na diagonal tentei fazer essa leitura.

Tenho aqui quatro questões, que se relacionam, de facto, com atividade municipal e gostava de colocar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, em primeiro lugar, gostava de saber, relativamente, aquilo que o Senhor Presidente aqui referiu como sendo um gabinete de apoio ao investidor, ou ao investimento ou à promoção do investimento. Independente deste resultado da Dassault que vemos isto pelo lado positivo, gostava de saber quais são os constrangimentos que tem existido e, portanto, aqui a nossa disponibilidade, para se for necessário, aqui estaremos para dar a nossa humilde ajuda. Quais os constrangimentos, quais os resultados até porque o Senhor Presidente disse aqui nesta Assembleia Municipal que a coordenação deste gabinete seria da sua responsabilidade e gostávamos de saber, de facto, como é que isto tem corrido, esta coordenação deste gabinete de apoio ao investidor.

Conhecemos o resultado de algumas empresas, os prémios que têm obtido, enfim, os resultados são das empresas, não são da capacidade que a Câmara Municipal tem tido agora ou no passado, até porque algumas dessas empresas e alguns desses investimentos vêm do tal mandato anterior do Partido Socialista.

A segunda questão que gostava de colocar, Senhor Presidente da Câmara Municipal, é relativamente aos multibancos. Qual é de facto, o ponto de situação, referente aos multibancos, o S-MI apresentou numa Reunião do Executivo, no dia 19 de setembro de 2022, uma moção e o Senhor Presidente até saudou a iniciativa, referiu o Senhor Presidente, que evidenciava de relevância a existência de multibancos e, portanto, gostava de saber qual é o ponto de situação, relativamente, às obras e qual o ponto de situação, relativamente, às despesas inerentes ao funcionamento desses mesmos multibancos nas diferentes freguesias.

Terceira questão, Senhor Presidente, gostava de saber quantas lâmpadas de tecnologia convencional é que já foram substituídas para tecnologia LED, arredondamento, naturalmente. Ou se quiser, em quantas ruas é que essa substituição já foi feita?

Quarta questão, Senhor Presidente, gostava que nos apresentasse aqui e deixo à sua escolha, para três ou quatro freguesias aquilo que considera o projeto relevante para essas mesmas freguesias. Deixo à sua escolha essas três ou quatro freguesias e também deixo à sua escolha a obra que considera mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

relevante para cada uma dessas freguesias. Até porque terá havido 36 projetos e 26 não foram executados.

Por último, Senhor Presidente, relativamente, aos imóveis que a Câmara tem vindo adquirir, nesta Assembleia, perguntei ao Senhor Presidente quando aqui foi aprovada a aquisição do edifício do ISMAG. Qual é a utilização que vai dar? E o Senhor Presidente ainda não sabia. É evidente que agora está a pensar dar uma utilização para acomodação do tribunal, Excelente. Mas, na altura ainda não sabia qual era a utilização porque perguntei aqui, portanto, rigor acima de tudo.

Presidente da Câmara Municipal

Sinceramente, não percebi a sua primeira pergunta.

Quais os constrangimentos do apoio ao investidor, não percebo onde é que quer chegar com isso? Provavelmente, sou eu que sou limitado. Não temos nenhuns constrangimentos.

Relativamente, aos multibancos, recorde-lhe apenas que já fizemos a instalação de um multibanco na freguesia de São Vicente da Beira. Fizemos a instalação na localidade de Escalos de Cima, mais concretamente na União de Freguesias de Escalos de Cima e Lousa e fizemos a instalação de um novo espaço multibanco também na União de Freguesias de Escalos de Baixo e Mata, mais concretamente na localidade da Mata. Outros irão dar sequência durante este mandato, recorde que só termina no verão de 2025

Quanto às lâmpadas não tenho respostas.

Quanto às obras que aqui questiona, vou-lhe dizer uma que consideramos verdadeiramente fundamental, do cemitério de Escalos de Cima que é um cemitério que há muito tempo atingiu a sua capacidade máxima para o qual tivemos que adquirir um terreno e que penso que já temos o projeto em execução a ampliação desse cemitério. É uma obra que consideramos relevante porque vem colmatar uma necessidade de há muito e, sobretudo, vem dar dignidade àquilo que é o último momento dos nossos concidadãos que utilizam esse cemitério.

Outra obra que consideramos importante, cujo projeto está a ser desenvolvido pelos Serviços Municipalizados, é a requalificação da rua principal de São Vicente da Beira. Um objetivo há muito tempo perseguido, uma necessidade claramente identificada e que, portanto, concretizaremos durante este mandato com uma intervenção, neste caso, sobre a responsabilidade dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco.

Posso-lhe falar também de outras obras em várias freguesias, neste momento, estamos com projetos em muitas delas. Estamos também por exemplo, com um projeto para a construção do novo edifício no Salgueiro do Campo que reportamos também de enorme importância.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

O plano de atividades para o ano de 2024, contempla um conjunto de intervenções. Dei-lhe apenas três exemplos, dos muitos que lhe podia dar, mas se quiser podemos falar de muitos outros, nomeadamente, naquilo que é o objetivo tão importante que já aqui foi referido e que há pouco me esqueci de referir, a questão da compostagem e da separação do bio resíduos. Ainda há poucos dias estivemos presentes na freguesia da Lardosa para inaugurar a primeiro ponto de compostagem. Recebemos também a informação da VALNOR, de que o valor dos resíduos irá aumentar durante os próximos tempos de 51€ ou 52€, a tonelada, para oitenta e tal euros a tonelada. Começamos uma campanha de sensibilização e também de intervenção, junto dos grandes produtores, no sentido, da acomodação do bio resíduos. Já aqui foi referido que em poucos meses já recolhemos mais de cem toneladas de bio resíduos e estamos a colocar, como disse, os combustores em todas as freguesias do nosso concelho. Este é um aspeto fundamental para aquilo que é a sustentabilidade, foi há pouco aqui colocada a questão da neutralidade carbónica, também é uma forma de atingirmos esse objetivo e também é uma forma de reduzirmos aquilo que são os custos com os resíduos e com aquilo que são os custos relacionados com essa área.

Também em termos simbólicos, há outra obra extremamente relevante que iremos concretizar, em breve, e que está também relacionado com isto que acabo lhe dizer. Está relacionado com ao ambiente e está relacionado com a nossa responsabilidade, no que diz respeito ao ambiente. Há muitos anos que existe um problema em Alcains e há muitos anos que existe um problema ambiental grave que é o facto de uma empresa relevante para a freguesia e também para o território estar a despejar as águas depois de serem tratadas por uma estação própria, estar a despejar essas águas na ribeira da Lória, temos praticamente concluído o processo para a construção do equipamento necessário para essa água residual entrar diretamente no coletor e por essa via liberte a ribeira da Lória de um fator poluente grave e que afeta de forma muito severa aquilo que é o bem estar das populações que residem nessa freguesia.

Ponto 2 - Apreciação e votação de propostas de “Mapas de Pessoal, para o ano de 2024”.

2.1. - Câmara Municipal de Castelo Branco. (Proposta nº. 87/2023)

António Fonseca (MPT)

Senhor Presidente antes de mais, quero dar-lhe os parabéns por não ter comprado o edifício da CGD porque a Câmara não tem que ser o único ator no processo e se não encontrou razões para o fazer, ainda bem que não o fez e deixou para os privados essa iniciativa. Depois de ouvir aqui tantas intervenções suas e do PS, fiquei com as perninhas a tremer, isto é um sucesso fantástico. É um sucesso fantástico que se passa em Castelo Branco. Eu não ando a vê-lo de certeza.

Vamos aqui começar por perceber o que é que se passa com este assunto e perceber porque é que referi estes assuntos como importantes para esta questão do Mapa de Pessoal.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Veja bem, só para os serviços de gestão da Câmara, para o gabinete de apoio à presidência são mais de dezoito. Bom, se faltam dezoito pessoas para o serviço de apoio à presidência, estou seguro que irá aqui justifica-los com necessidade de boa gestão. O que significa também que não obteve essa boa gestão até agora. Em boa linguagem popular, se calhar, andou a dormir nestes últimos orçamentos para precisar de mais dezoito pessoas.

Mas, ainda assim, estar a propor num total 232 novos postos de trabalho na atual conjuntura e situação do país e da Câmara e, mesmo com as delegações de competências e contratos, em termos administrativos com as escolas que iremos votar, é este número absolutamente, para mim, incompreensível, que mais não fosse pelos compromissos futuros que isto acarreta.

Mas, depois percebi, isto tem a ver com a sua promessa dos 500 postos de trabalho. Só pode, quase metade ou mais já está feito, a promessa já está cumprida, não há dúvida, dos 500 postos de trabalho, metade estão aqui cumpridos.

Esta tem sido a sua principal atividade. No primeiro ano, foi assim, no ano passado foi assim, este ano é outra vez assim, todos os anos é assim. Todos os anos aumenta o número de funcionários da Câmara, sem grande perceção que haja motivo, não melhora a gestão ou relação com os munícipes.

Os rácios desta situação são muito curiosos, veja bem, tive o cuidado de ir verificar o que é que isso significava. Neste momento, antes desta aprovação, temos um funcionário camarário para 87 (oitenta e sete) munícipes, isto são valores médios como é evidente. E vai passar, se a proposta for aprovada para 1 (um) para cada 63 pessoas, ou seja, são 63 pessoas que lhe pagam porque têm que pagar esses custos desse funcionário direto ou indiretamente para um funcionário. Se o deixarem, Senhor Presidente, em pouco tempo, são todos os munícipes, funcionários da Câmara. Não há dúvida se você continuar, toda a gente vai trabalhar aqui. Desconfio que esse é o seu sonho. E, por isso, já lhe disse antes, que o Senhor Presidente é seguramente o Presidente mais desejado pelo PCP, o Estado, em todo o lado.

Evidentemente, que o voto é contra por este desvario.

Presidente da Câmara Municipal

Em 2020, a Câmara tinha ocupados 404 postos de trabalho e tinha previsto 520 postos de trabalho. Estava previsto um incremento de 116 postos de trabalho. Em 2021 estavam ocupados 520 postos de trabalho e previstos 89 postos de trabalho num total de 621 postos de trabalho. Em 2022 estavam previstos, tinha ocupados 523 postos de trabalho e previstos 40 novos postos de trabalho. Em 2023 estão ocupados 580 e estavam previstos 123 postos de trabalho. Em 2024 temos uma previsão de ocupação 569 postos de trabalho e um incremento de 232 postos de trabalho.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Dizer-lhe que estes novos postos de trabalho, 70 ou um pouco mais são postos de trabalho a termo certo. São postos de trabalho, que visam dar resposta à escola a tempo inteiro e que, portanto, são contratados anualmente ou são contratados por ano letivo para o desenvolvimento dessas atividades.

Falou no gabinete e na necessidade de aumentar o número de postos de trabalho e também não sei se foi o Senhor Deputado ou outros aqui presentes, já falaram da zona histórica e já se falou na necessidade de construir habitação. Eu posso-lhe referir também que a 31 dezembro de 2023, o Município de Castelo Branco, terá 168 trabalhadores com mais de sessenta anos. A 31 dezembro de 2024, terá 186 trabalhadores com mais de sessenta anos, atualmente o Município tem 16 trabalhadores com mais de 66 anos. Os postos de trabalho deste novo Mapa de Pessoal, foram todos solicitados pelos diferentes Chefes de Divisão e Diretores de Departamento. E resultam daquilo que é a sua avaliação das necessidades do presente e daquilo que são as necessidades do futuro.

Não queremos dentro de meia dúzia de anos, de três ou quatro anos, numa Câmara Municipal e Serviços Municipalizados, estar ainda mais desprovidos de quadros técnicos e de quadros técnicos e de quadros técnicos qualificados e não termos um período de tempo para a transmissão de conhecimentos. Consideramos essa transmissão de conhecimentos fundamental para a boa resposta dos serviços e para a preparação técnica também desses serviços.

Recordo apenas que não há muitos anos, a Câmara Municipal tinha 9 fiscais e neste momento a Câmara tem apenas 2 fiscais e um desses fiscais entrará na idade da reforma, em breve, e como tal irá reformar-se.

E, por este exemplo, pergunto ao Senhor Deputado, se a Câmara Municipal não precisa de contratar fiscais? Se a Câmara Municipal não precisa de contratar técnicos adequados à resposta, cada vez mais complexas do serviço e de um Município com dimensão da Câmara Municipal de Castelo Branco? Nós entendemos que sim. Entendemos que precisamos de dar resposta e há pouco falava-lhe da zona histórica da habitação, vá a outros Municípios e veja quantos técnicos é que estão afetos a esse tipo de atividades e mais, também o desafio a fazer outra coisa. No ano passado tivemos menos despesas com pessoal em 2022, do que tivemos em 2021. E, desafio-o a fazer uma pesquisa e a ver qual é a percentagem do orçamento da Câmara Municipal com gastos com pessoal e a ver o que é que existe e o que é que se faz em outros Municípios.

Posso adiantar que a nossa percentagem com gastos com pessoal, ficará muito abaixo daquilo que é a média percentual de outros Municípios com gastos de pessoal. Estamos a dar resposta àquilo que são as sinalizações dos nossos dirigentes, de modo, a que a Câmara Municipal tenha condições para levar por diante aquilo que são as suas obrigações que é a resposta técnica também do nosso quadro de pessoal.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Dei-lhe apenas alguns dos exemplos e pode ter a certeza absoluta que quando propomos este Mapa de Pessoal, propomos a pensar no Município, no desenvolvimento do Município e na resposta técnica dos serviços àquilo que são as necessidades dos cidadãos.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos a favor do GM PS, 3 abstenções do GM PSD/CDS/PPM e 17 votos contra, 14 do GM S-MI, 2 do GM CHEGA e 1 do GM MPT, aprovar o Mapa de Pessoal de 2024, da Câmara Municipal de Castelo Branco.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 1.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

- Serviços Municipalizados de Castelo Branco. (Proposta n.º 88/2023)

António Fonseca (MPT)

O Senhor Presidente esclareceu-nos aqui umas coisas interessantes, aparentemente quando começou o seu mandato eram 400 funcionários da Câmara e neste momento propõe-se duplicar essa força de trabalho. Contudo, o que sabemos é que a população tem vindo a diminuir no concelho. Ou seja, para mim é cada vez mais difícil de entender, como é que com a redução das necessidades de população, necessitamos de aumentar o número de funcionários para responder a esse défice de população. Mas, pegando aqui em um outro argumento que falou, que é se for comparar com outras Câmaras, até compreendo que haja outras Câmaras que sejam muito más, também acredito que haja outras Câmaras que sejam muito boas. Mas, é indiferente compararmos com os maus para pensarmos que somos melhores, não é assim que funciona, pelo menos comigo. Há sempre um objetivo de excelência, independentemente de haver piores que eu. Eu procuro ser sempre melhor.

Relativamente a esta questão dos funcionários dos Serviços Municipalizados, propõe-se também aqui acrescerem mais 19 funcionários para um total 186. Confesso que não consigo entender as necessidades de mais uma vez, uma vez que os sensores indicam que a população tem vindo a reduzir. Mas se somarmos estes 186 aos 800 pretendidos pela Câmara, estamos a falar de quase 1000 funcionários. Não consigo ver um tal crescimento populacional e económico ou outro que justifique isto tudo, não entendo, não consigo perceber.

Se a justificação, atenção, agora muito interessante este tema, já falamos aqui e vamos falar mais, se esta justificação for pelas obrigações do bio resíduos, então estamos mesmo mal porque há muitas outras opções que não estão a ser consideradas. E até melhor explicação, obviamente votei contra.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar com 18 votos a favor do GM PS, 17 abstenções, 14 do GM S-MI e 3 do GM PSD/CDS/PPM e 3 votos contra, 2 do GM CHEGA e 1 do GM MPT, aprovar o Mapa de Pessoal, para o ano de 2024, dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 2.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 3 - Apreciação e votação de propostas de “Documentos Previsionais para o Ano 2024”.

3.1. - Câmara Municipal de Castelo Branco. (Proposta n.º 89/2023)

António Fonseca (MPT)

Senhor Presidente, ainda há pouco dei-lhe os parabéns pela não aquisição do edifício da Caixa, e vou voltar a dar os parabéns pelas notícias que nos trouxe da Dassault, é excelente, já tinha dito antes que achava que era uma boa estratégia. Mas, também para lhe dizer que ando bastante atento. Não ando atento a tudo, a cidade é grande apesar de tudo. E, repare, ontem por motivos pessoais tive que fazer uma viagem, sair da cidade e voltar e apreciei que de facto, é confortável viver com qualidade de vida, não há dúvidas sobre isso, é extraordinário.

O que não há dúvidas também é o declínio que se está a assistir, em pequenos pontos. E repare, quando estava a vir para cá, reparei que mais uma loja aqui na avenida 1ª. de Maio, aqui na cidade estava fechada. Mais uma. Não é a Câmara, mas a Câmara ajuda para que a que as coisas aconteçam. E se as coisas não acontecem, a Câmara tem que ter um papel fundamental para que aconteçam. Não é o que está a acontecer, a Câmara não está a fazer o suficiente porque as empresas estão a ir embora. É um sinal, não é uma necessidade.

Mas, vamos lá ao orçamento, no primeiro momento de análise deste orçamento, vem-me sempre à memória as alterações subsequentes que mais ou menos trimestralmente somos aqui chamados a votar. E nada me diz que este será diferente. Demonstrando que a gestão desta Câmara é feita de forma muito ligeira, aparentemente, agora é a volta a Espanha que nos interessa.

Este documento que nos é dado a analisar, a ser igual aos outros anos anteriores, vale pouco mais do que o papel onde foi impresso. Daqui a três meses, se calhar, é inovado. Amanhã se necessário lembrem-se de mais alguma coisa, vem o Senhor Presidente pedir nova aprovação. Mas, é o documento que temos, que é de sua autoria e representa a sua capacidade e vontade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Analisando verifica-se que não há estratégia, como lhe tenho dito, que não há nada que possamos, concordando ou discordando, perceber qual o objetivo a que quer chegar, que nível de desenvolvimento e que qualidade de vida pretende atingir para o município ou para os munícipes.

E sim, fui verificar com bastante cuidado. Vimos sim omnipresente despesa, é sempre a gastar cada vez mais. Se o ano passado até feito as contas percebi que o Senhor Presidente pediu a cada munícipe, só para funcionamento da camara cerca de 50€, este ano está a propor que sejam 60€. Uma família de quatro pessoas vai gastar 240€ por mês, apenas para a Câmara se manter e funcionar. Para si é fácil, basta vir aqui dizer, preciso de mais dinheiro e pronto, já está. Dinheiro esse que lhe chega direta ou indiretamente por via das taxas e impostos e nem sequer estou a falar da água e saneamento que crescem a estes valores, é despesismo sem controle.

E vamos ver sim com mais detalhe. Pretende investir um milhão de euros, vejam bem, no novo CEI (Centro empresa Inovadoras), acho bem, é dinamizar. Mas, vou perceber porque é que é preciso uma nova incubadora de empresas, dirá que está cheio o atual? Pois será essa a informação que tenho, e como tal decide criar condições para novas empresas se instalarem. Mas, e as que estão já incubadas? Já não conseguiram capacidade para saírem desse espaço e dar lugar a novas?

Pelo que percebi, uma delas está lá sediada desde 2019, ao que sei ultrapassando o prazo de incubação e é por esta deficiente gestão do espaço, que vamos gastar mais um milhão de euros?

Também identifico uma coisa curiosa, está previsto uma verba de oitocentos mil euros, para um projeto. Não percebi para que serve é só um projeto com oitocentos mil euros, e pela minha experiência profissional, gastar oitocentos mil euros em projeto, significa que é uma obra de dez milhões de euros. Mas não sei em que não consigo saber de quê, que investimento é este, que compromisso pretende que assumamos sem saber o que vamos votar.

Prevê gastar, no âmbito, das cidades de artes e ciências um total próximo de um quarto de milhão. Eu ainda não consegui perceber quais as razões e objetivos, assim como os previsíveis resultados. É só mais um gasto. Por comparação, e veja bem a diferença, para residência de estudantes prevê um montante de sessenta e três mil euros, em projeto, portanto, está bem visível a sua preocupação onde está centrada. Também na ativação turística que não sei para que é que isto significa, mais cento e cinquenta e seis mil euros, para a candidatura às cidades criativas e muito bem, fantástico, a Idanha também tem, são mais seiscentos e vinte e cinco mil euros, e é curioso, que a Albigec, diz que o centro do bordado é deficitário. É muito curioso.

Depois, em promoção turística novamente mais cento e dez mil euros. Gasta, gasta, gasta, sem saber para quê. É só gastar. Tem aquelas palavras vagas, melhorar as vidas dos munícipes, mas vamos a verificar e nada se vê.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Dou-lhe mais um exemplo, para a vida dos munícipes prevê alocar dois milhões e setecentos mil euros, na rubrica de transportes, se comparamos com um milhão e duzentos mil euros, aqui para a reconversão da pista de patinagem, então ficamos colados.

Onde é que está a vontade, onde é que está o investimento para a vida dos munícipes. Aparenta gastar sem critérios, sem objetivos, apenas comprometendo o futuro. São um milhão de euros por mês, só para ordenados de pessoal, são doze milhões de euros, por ano, se não me enganei nas contas. O dobro do cobrado em IMI, apenas para ordenados de funcionamento o da Câmara.

E se formos ver a rubrica do ambiente, aquela mais critica, aquela que é maior ameaça pelas alterações climáticas que estamos a viver, com as consequências na saúde, na alimentação, na economia, é pouquinho e não envolve a sociedade e veja bem, envolve 3.2 milhões para essa questão crítica.

E, ainda menos, vejam bem, no que respeita à ação social, o tal de apoio às empresas, à natalidade, às creches, essas coisas todas são 2.8 milhões, é pouco mais que os transportes.

É um orçamento que não responde às necessidades, em que os números que apresentam não sustentam ao as opções que definem ou pelo menos diz que têm.

Disse que ia investir mais trinta seis milhões de euros, na habitação, já explicou aqui que não é agora é depois.

Onde estão previstas as despesas pra as obras para instalar o novo tribunal? Uma vez que se falou nele. Comprou o edifício, mas as obras para o requalificar não estão. A probabilidade de ir embora, começa a ser cada vez mais evidente.

Onde está barragem do Barbaído?

Tudo isto obviamente resulta num voto contra. Mas, ainda assim, vou-lhe sugerir uma ideia que relaciona, veja bem a questão ambiental, com o estímulo à economia e também a melhoria atratividade e sustentabilidade de famílias, pessoas e empresas para o território. Implemente, por exemplo, um programa de devolução da receita do IMI, aos particulares e condomínios e empresas que instalem melhorias de solução térmica, produção de energia fotovoltaica e sistemas de águas quentes solares. Majore essa devolução no caso de serem empresas locais envolvida das no processo.

Caso pretenda, posso ajudar a definir isto, não tenho nenhum problema, nem cobro nada por isso.

Mas para este orçamento sei que sabe, que só pode obter o voto contra.

Carlos Manuel Freire Antunes (PSD/CDS/PPM)

Orçamento de 2024, nada de novo. É continuando do que se tem visto até agora. Trata-se de um orçamento na linha do que tem sido a gestão camarária deste Executivo. Feiras, festas e festivais, muitas atividades, mas nada emblemático e diferenciador. Uma manifesta falta de capacidade de execução.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Dinamização do tecido empresarial demasiado fraca. Mais uma vez assumimos que vamos arrastar 12.6 milhões de investimento de 2023 para 2024. Faltam medidas para cativar investimento na zona industrial. Falta simplificação da burocracia das empresas que querem crescer.

Há pouco o Senhor Deputado Daniel, apresentou aqui como se fosse um ouro, os investimentos que as empresas que já estão desde 1989, e falo concretamente da Schreiber Foods, que era a antiga fábrica da Danone, num investimento de vinte e um milhões de euros.

Gostava de compreender qual o mérito que a Câmara tem neste investimento e além do mais este investimento foi ao longo de vários anos e aí estou à vontade para falar consigo sobre isso.

Há uma falta de estratégia e de inovação neste orçamento.

O PS, várias vezes afirmou a quantidade de medidas estratégicas de atração e fixação de jovens no concelho e esqueceu-se de uma que é a devolução do IRS. No entanto, e respondendo ao Senhor Deputado do MPT, que questionava o PSD e o porque do PSD vota no sentido de voto que tem tido. É que estas medidas, grande parte destas medidas, faziam parte do programa eleitoral da Coligação PSD/CDS/PPM que no passado o PS sempre rejeitou. E verdade seja dita, estas medidas estão a ser postas em prática. O Executivo está a cumprir o seu compromisso que tinha nesse sentido. E até me atrevo a afirmar que os munícipes têm todas as razões para agradecerem as mesmas, uma vez que as políticas nacionais só têm trazido dificuldades. É por isso e só por isso, porque colocamos os interesses dos albacastrenses sempre e repito sempre em primeiro lugar que vamos viabilizar este orçamento.

Armando Ramalho (S-M)

Início esta intervenção precisamente com o mesmo apontamento com que há um ano terminei a análise dos documentos previsionais relativos ao ano em curso. Disse na altura, consideramos que as opções de investimento nas freguesias vertidas na presente proposta de orçamento, não tiveram por base uma política de investimento, apenas uma política partidária.

Senhor Presidente, como consta da proposta orçamental para o ano 2024 da Câmara Municipal de Castelo Branco, o documento foi elaborado tendo em conta a consideração da justa repartição dos recursos públicos entre o Estado e as Autarquias Locais. É neste princípio que as autarquias se baseiam para reivindicar junto do Estado a justa comparticipação pelos serviços que prestam aos munícipes. Este princípio, que enquadra o relacionamento do Município com o Governo Central também deveria ser tido em consideração no relacionamento da Presidência da Câmara com as suas freguesias.

Não nos parece, que esta justa repartição entre as freguesias do nosso Município, esteja vertida na proposta em apreciação. Concretizando, no que se refere às transferências de capital para as freguesias, o orçamento de 2023 previa uma verba de um milhão novecentos e cinquenta mil euros. No atual



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

orçamento, esse valor foi reduzido em mais de 50%, desceu para novecentos e cinquenta mil euros, perdeu-se um milhão de euros.

No que se refere ao investimento nas freguesias o orçamento de 2023, previa um investimento total de oito milhões setecentos e treze mil seiscentos e sessenta e um euros, enquanto no atual, é previsto um investimento de sete milhões setecentos e vinte mil euros.

Senhor Presidente, no próximo ano está previsto uma diminuição total do orçamento afeto às freguesias de um milhão novecentos e noventa e três mil seiscentos e setenta e um euros que perfaz mais de 31% da diminuição orçamental global da Câmara Municipal de Castelo Branco que consta no documento em apreciação. Está claramente identificado o elo mais fraco.

Mas pior, no que se refere ao investimento previsto, existiu uma discriminação das freguesias em função do sentido de voto dos fregueses.

As freguesias do PS, com 58% dos eleitores, têm 79% do investimento, a freguesia do PSD com 2% dos eleitores têm 9,6% do investimento, as freguesias do S-MI com 40% têm 10,9% do investimento. Parece que quem se atreve votar de forma independente paga. No nosso entendimento, Senhor Presidente, esta discriminação corrói as bases da democracia e incentiva o populismo e o extremismo.

Como já referimos, o presente orçamento traduz-se numa diminuição de seis milhões trezentos e noventa e três mil quatrocentos e sete euros, relativamente, ao orçamento do ano anterior.

Embora a diminuição orçamental obtida à custa do investimento seja significativa, constata-se que existiu alguma preocupação com a diminuição da despesa corrente. No entanto, face à ausência de explicações, de como a mesma será alcançada, tal diminuição não nos parece verosímil.

Designadamente, na rubrica 0201 aquisição de bens, o orçamento disponível para o ano de 2023 era de dois milhões oitocentos e setenta e quatro mil euros, o mesmo orçamento corrigido à data de outubro de 2023, já era de quatro milhões quinhentos e sessenta cinco mil novecentos e cinquenta e nove euros.

Senhor Presidente, explique-nos, como é que no próximo ano propõe que a Câmara se governe nesta rubrica com três milhões setecentos e noventa e três mil oitocentos e setenta e cinco euros, valor previsto para o orçamento de 2024.

Quais são as despesas que se propõem cortar?

O orçamento previsto na rubrica 0202 aquisição de serviços, a situação ainda é mais grave. Para 2023, era de vinte milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil quatrocentos e sessenta e seis euros, o mesmo orçamento corrigido à data de outubro de 2023, já era de vinte e quatro milhões oitocentos e quarenta e dois mil novecentos e oitenta e seis euros.

Senhor Presidente, explique-nos, como é que no próximo ano propõe que a Câmara se governe nesta rubrica com dezanove milhões duzentos e oitenta e seis mil quinhentos e noventa e nove euros, valor previsto no orçamento para o ano de 2024.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Quais são as despesas no valor de quase seis milhões de euros que se propõe cortar?

Na rubrica 01010401 pessoal em funções, o orçamento previsto para o ano de 2023 era de seis milhões. A proposta de orçamento para o ano 2024, é de seis milhões e duzentos mil euros que permite acomodar alguma parte da previsível atualização salarial.

No entanto, o Mapa de Pessoal da Câmara para o ano de 2024, que aprovamos no ponto anterior, prevê um número muito significativo de novos postos de trabalho para o ano de 2024.

Na rubrica 01010404 recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho, para o ano de 2024, apenas se prevê oitenta e quatro mil e seiscentos euros. Diga-nos Senhor Presidente, afinal quantos novos postos de trabalho prevê criar e preencher em 2024? Dispondo apenas para o efeito de uma dotação anual de oitenta e quatro mil seiscentos mil euros. Como o Senhor Deputado acabou de referir, Senhor Presidente, não nos parece que estes objetivos sejam credíveis.

Nos últimos anos, alertamos para o facto dos orçamentos não serem devidamente priorizados. Tendo em consideração a capacidade do executivo em promover a sua execução real nos prazos previstos e que assim desta forma se perde credibilidade e capacidade de mobilização dos diversos agentes económicos para alcançar os objetivos de promover o desenvolvimento do nosso Município.

Infelizmente a execução orçamental de 2022, veio dar-nos razão. Para o desbaratar desta confiança, além de um orçamento irrealista, também contribuiu o desaparecimento de alguns projetos de investimento que eram prioritários, que constavam dos planos plurianuais de investimento aprovado nos anos transatos e que curiosamente desapareceram da proposta de 2024.

Não tendo os mesmos sido concretizados, também nos parece correto que desapareçam de mansinho.

Senhor Presidente, o que é foi feito do edifício multiusos de Cebolais de Cima, da reabilitação do antigo palácio dos Viscondes de Portalegre, da reabilitação do antigo edifício da PSP, do centro de interpretação do queijo de Alcains, do museu académico, da reabilitação e conservação da avenida de Zhuhai, do parque de estacionamento junto ao largo Mélvyn Jones, implementação de espaços para acolhimento de empresas tecnológicas na zona histórica, implementação de internet em todo o concelho, a reabilitação do estádio do Valongo. A nova área de localização empresarial da Feiteira, a zona de lazer da barragem de Santa Águeda.

Pelos motivos referidos, os membros do Grupo Municipal do S-MI, não votarão favoravelmente a presente proposta.

Francisco Manuel Pombo Lopes (PS)

O orçamento acima de tudo, é um documento de escolha e um documento previsional. O que é que isto significa?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Significa que é um instrumento político de execução, de uma política. Ora este orçamento não poderia deixar de dar continuidade àquilo que tem vindo a ser implementado na estratégia deste Executivo.

Portanto, muito me estranha, vir-se aqui agora referir que este orçamento não dá continuidade que não tem previstas novas rubricas, novas iniciativas porque tem de facto, mas também tem que acomodar as que vêm de trás e as que têm vindo a ser implementadas no terreno.

Logicamente que os orçamentos não agradam a todos. Os orçamentos não agradam a todos, porque não há orçamentos que agradem a todos, porque os orçamentos são um instrumento político. E, logicamente, que se calhar as escolhas e as opções políticas de uns, não seriam necessariamente as escolhas dos outros. Cada poder em exercício tem as suas escolhas e cada poder em exercício tem os seus orçamentos obviamente como instrumento de execução da sua estratégia e da sua política.

Estes documentos referem este orçamento que apresenta um orçamento de cerca de sessenta e oito milhões de euros, dá continuidade à concretização da estratégia do Executivo e mantêm-se com prioridade neste orçamento, o setor social e o sector de apoio também social, esta é uma prioridade que resulta dos documentos orçamentais, que resulta das várias rubricas orçamentais e chamo aqui à colação que implementar determinadas medidas, também necessariamente levam à necessidade de mais pessoas a trabalhar. Falo, por exemplo, da Escola a Tempo inteiro, falo por exemplo da nova organização administrativa do Município. E tudo isso é necessário haver mais pessoas a trabalhar e também, por outro lado, existe a necessidade de colmatar os funcionários que, entretanto, se vão aposentar, ou seja, reformar e que terão obviamente preenchidas essas funções.

Por o outro lado, este orçamento também tem diversas medidas que contribuem para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes e para atração de mais jovens para residir aqui e para atração de nova população. Desde logo, estão previstas a construção de novas creches, a continuidade dos incentivos à natalidade, atração e fixação de novos habitantes, através da isenção total, parcial às famílias do valor das refeições das crianças na educação pré-escolar e aos alunos do 1º ciclo do ensino básico, a continuidade do apoio de 150€ para as crianças que frequentem as creches e que não estejam abrangidas pela isenção governamental, o reforço e continuidade da equipa das atividades de enriquecimento curricular e da componente de apoio à família. A continuidade da implementação de nova Unidade de Saúde Pública no concelho de Castelo Branco. A requalificação de parte da zona de Devesa e do Centro de Cultura Contemporânea, o arrelvamento do campo de pista de atletismo, a construção do complexo funerário junto à capela de S. Marcos e todas as outras estratégias e compromissos que dizem respeito por exemplo, à mobilidade, sinalização, digitalização do Centro Coordenador, as cidades criativas não é um investimento sem justificação, é sim um investimento com justificação, pois foi graças a esse investimento que hoje fazemos parte da rede das cidades criativas. Logicamente, que as coisas têm o seu custo e que a estratégia tem que ser implementada através dessas mesmas despesas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Algumas destas medidas conjuntamente e transversal resultam que o Executivo propõe acima de tudo assinalar o fator social e apoiar as famílias e para além disso, projetar e lançar novas orientações para que Castelo Branco seja uma cidade que as pessoas queiram viver e procurem para viver.

José Dias dos Santos Pires (Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco)

Eu queria fazer uma análise e uma defesa política desta proposta de orçamento e grandes opções do plano para 2024. E, começar por dizer, a minha estranheza em relação às leituras que antecederam, as diferentes intervenções, dos diferentes grupos no que respeita a este orçamento.

É importante que, todas as pessoas e grupos políticos façam leituras próprias, leituras fundamentadas, mas era muito mais importante que apresentassem alternativas. É muito fácil governar por oposição, mas, é muito difícil governar por contraoposição. Contrapor alternativas, exatamente o que queriam em relação aquilo que criticam. Mais ainda, faz-me alguma confusão como algumas das análises que fazem introdução aos próprios comentários sobre as opções de quem orçamenta e planifica para o ano seguinte que tenham muito um carácter individual.

A minha análise, eu penso, mas a minha dúvida é esta, mas os diferentes grupos estão aqui em representação individual ou coletiva. É a nossa análise ou é nós pensamos. Mais ainda, é importante perceber ainda perceber que algumas das leituras têm um carácter de orientação para a partidarite, que não tem lógica absolutamente nenhuma, são até muito injustos. Ou tentar encontrar uma lógica para perseguição ou para orientação, ou para de alguma maneira privilegiar partidariamente, no caso, das freguesias uma coisa que está estruturada em termos orçamentais e pensada para o coletivo.

As freguesias a partir do momento em que os dirigentes são eleitos, são freguesias das populações, não são freguesias dos partidos ou dos movimentos que elegeram esses corpos. Isto para dizer que, de facto, que este orçamento é nossa opinião, um orçamento que decorre de uma opção política normal, natural. E, portanto, é absolutamente natural que este orçamento e estas opções do plano sejam naturalmente de continuidade. Então, mas mudou a orientação política de quem governa o município? Eu digo isto porque quando faço e quando estruturo e quando penso o orçamento para a freguesia de Castelo Branco, o faço também nesse princípio. Este é um orçamento de continuidade. Há uma lógica, há uma estratégia, há uma proposta, há uma conjugação de ações previstas que se fazem e que têm necessariamente ser continuadas. Andar radicalmente a mudar de ano para ano, a estrutura, a orientação do orçamento, isso é prova de incapacidade e, principalmente, de incapacidade ideológica, política e programática de quem os pensa.

Dizer também e importa repetir, principalmente para quem nos ouve, que este orçamento é um orçamento previsional. Não é um orçamento definitivo, é de previsão. Prepara-se para acompanhar os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

desenvolvimentos, quer conjunturais, quer estruturais que aconteçam na nossa comunidade, no país, ou no mundo. Porque como vocês sabem e se aperceberam, a questão da pandemia, provou mudanças profundas e adaptações absolutamente necessárias.

Para dizer, de facto, que este orçamento tem conjugação e sustentabilidade, conjugação, quer no que diz respeito, ao orçamento da receita, quer da despesa e da sustentabilidade económico financeira, executiva de desenvolvimento, quer desenvolvimento comunitário e social. É lógico, é aceitável, é admissível e elogiável que quem pensa diferente o assuma aqui, mas era fundamental que apresentassem verdadeiramente alternativas

João Ribeiro (CHEGA)

Estamos aqui na votação do orçamento, por norma será previsional, relatório e contas é após, dizer que o orçamento é previsional, acho que é uma redundância, mas ok. Se formos comparar com empresas, a Câmara Municipal, sofreu uma alteração no ano passado para este ano, será a nível de orçamento, a maior empresa do concelho de Castelo Branco, com sede em Castelo Branco. Algumas maiores, mas que não faturam ilegítimamente cá. E aquilo que reparo neste orçamento previsional e que me retrata para os meus tempos de infância, quando o Engenheiro António Guterres era primeiro-ministro de Portugal, aqueles orçamentos rectificativos que estavam sempre a passar na televisão, isto é um bocado assim, para as pessoas perceberem, parece que a Câmara funciona como as famílias portuguesas, é mês a mês, a ver se o dinheiro chega ao final do mês. Não há dinheiro para aquela fazer aquele investimento, não há poupança.

O ano passado disse isto e volto a dizer, é um bocado gestão corrente e acho que esta gestão corrente, e sou novo na política, acho que é um bocado o preço de ter uma estrutura tão grande. Quando é uma estrutura grande, temos tantos custos fixos, tantos custos de gestão corrente do dia a dia, que não temos capacidade de investimento. E, se calhar, passamos de um ano com pouco investimento, 2, 3, 4, quando acordarmos para a realidade, vai ser muito tarde. E todos os anos, chegados aqui parece que isto é para pagar a luz, a água, o gás, as pessoas e mais nada. Todos os anos chego aqui, olho para o orçamento e faço um à parte, o orçamento devia de nos chegar em formato PDF, muito mais fácil de pesquisar, do que aquele formato digitalizado que se torna impossível fazer uma pesquisa exaustiva, rapidamente. É muito pouco, estarmos aqui a decidir pagar as despesas correntes que são obrigação agora não vislumbro uma obra estruturante, algo que dinamize o nosso concelho, é preocupante.

Temos que mudar o paradigma, de forma a ter uma ideia, onde é que queremos estar daqui a dez anos.

Presidente da Câmara Municipal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Obviamente que o orçamento é uma opção política, cada um dos partidos aqui representados tem as suas opções, apresentam e é legítimo que o façam, não vou tecer nenhum comentário relativamente a isso. No entanto, a duas ou três questões que quero esclarecer.

Em primeiro lugar, até já reportado a uma questão anterior do Senhor Deputado António Fernandes e que tem a ver com o Tribunal Central Administrativo e com a compra na altura do edifício onde vai ficar localizado.

Na altura quando trouxemos aqui essa discussão, estávamos numa fase em que o governo não tinha decidido ou pelo menos publicamente. Como todos sabemos, havia por parte de outros Municípios uma pressão muito grande sobre o Ministério da Justiça e sobre o Governo, para que o tribunal lá fosse localizado. Como todos sabemos o segredo é a alma do negócio e tivemos que salvaguardar a concretização deste objetivo. Obviamente, não relevando tudo aquilo que estava em causa porque se o fizéssemos, poderíamos ter problemas em termos daquilo que é a decisão.

Depois, quero referir-me, à questão das freguesias do partido A ou do partido B, considero isso ofensivo, e considero isso ofensivo porque somos o executivo de todos os albicastrenses. Nós não decidimos investimento na freguesia A, B ou C, apenas porque é liderada pelo Presidente A, B, ou C. Fazemo-lo de acordo com aquilo que são as nossas disponibilidades e de acordo também com aquilo que é a necessidade dos cidadãos e dos territórios de cada uma das freguesias. É por isso que, como disse há pouco contemplamos neste orçamento a ampliação do cemitério de Escalos de Cima. É efetivamente uma necessidade urgente, é uma obra que já devia ter sido feita há muito tempo, sei que se andou enrolado durante muito tempo com a aquisição do terreno, conseguimos uma boa solução reconhecida pela população dos Escalos e concretizaremos esse objetivo de acordo com a necessidade da população.

Estamos a falar de uma necessidade concreta e de uma resposta concreta a essa mesma necessidade. Se estivéssemos aqui apenas a trabalhar de acordo com questões partidárias ou daquilo que é a cor política do Presidente da Freguesia, então deixaríamos para trás esta intervenção que é uma intervenção fundamental.

Também já referi aquela intervenção na estrada de São Vicente da Beira. É uma intervenção há muito tempo necessária e que assumimos através dos Serviços Municipalizados que como todos sabem faz parte integrante daquilo que é a dinâmica e do grupo Câmara Municipal de Castelo Branco.

Estou a dar apenas dois ou três exemplos, para lhe dizer que essa leitura é uma leitura inadequada e injusta.

O Lourçal do Campo, que também não tem um Presidente de Junta da área do Partido Socialista, ainda assim, e também através dos Serviços Municipalizados, estamos a desenvolver o projeto para resolver um problema de há muitos anos que tem a ver com os esgotos na zona de São Fiel, e não é uma freguesia liderada por um Presidente de Junta afeta ao Partido Socialista.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Depois, há aqui também uma situação que é importante refletirmos acerca dela, é obvio que a Câmara Municipal e aquilo que são as suas decisões, tenha implicações sobre o território e o investimento no território. Mas, não podem ter para o bem e para mal e deixar de ter para o bem. Se houver uma nova empresa para a zona histórica, isso nada tem a ver com a Câmara Municipal, se uma empresa faz investimento, isso não tem nada a ver com a Câmara Municipal.

Mas, depois, se há uma loja que fecha numa rua da cidade, isso é responsabilidade da Câmara Municipal. É obvio que a Câmara Municipal tem um papel decisivo naquilo que é o território e as suas dinâmicas e não o enjeitamos, antes pelo contrário, assumimos esse compromisso essa responsabilidade e implementamos as medidas adequadas para o desenvolvimento dessas mesmas necessidades.

Retorno à Caixa Geral Depósitos, e à compra do edifício da Caixa Geral Depósitos. A Câmara Municipal não precisa de comprar o edifício para ficar salvaguardado. Já o disse, repito e antes pelo contrário, acredito que o facto da CGD ficar na posse de privados, é um incentivo à iniciativa privada. A Câmara nesses aspetos não se deve substituir aos privados. Há um privado interessado em dinamizar a economia, porque não? Assim, como relativamente ao aeródromo municipal, também se coloca a possibilidade de a Câmara Municipal fazer hangares na zona junto ao aeródromo. Neste caso muito concreto da Dassault, até tivemos a sorte, entre aspas, do investidor se disponibilizar para fazer o investimento, dispensando a Câmara Municipal dessa obrigação, se assim, o posso dizer. Mas haverá outros, estão outros na calha em que a Câmara Municipal terá que intervir, já o referi aqui hoje.

A questão da Obra de Santa Zita, em que carece de uma intervenção da Câmara Municipal. E os cerca de dois milhões, provavelmente que esse investimento irá necessitar, são fundamentais também para uma resposta do apoio às famílias e criação de condições para que as famílias tenham as suas crianças em creches. São opções devidamente assumidas pela Câmara Municipal, e repito, aceito aquilo que são as avaliações de cada um dos grupos aqui representados, mas deixem a Câmara Municipal que tem a legitimidade para decidir e elaborar o orçamento, o concretize.

E, também, Senhor Deputado Carlos, efetivamente, este orçamento também traz muita coisa nova. Há pouco falava-se aqui do Centro de Estudos Gastronómicos, Escola de Chefes, que concretiza dois objetivos. Concretiza o objetivo da requalificação da zona histórica e concretiza o objetivo da dinamização a uma área fundamental da economia que é a área da restauração e da hotelaria.

Eu também já o disse, que em devido tempo, apresentaremos os parceiros para a dinamização do centro de estudos gastronómicos e que vai ao encontro daquilo que há pouco respondi ao Senhor Deputado António Fernandes, na gestão da nossa vida familiar, na gestão autárquica e na gestão dos países, há momentos em que podemos esclarecer todos os assuntos e há outros em que temos de manter reserva. Até porque têm em causa questões de concorrência e as questões de concorrência são importantes naquilo que são as dinâmicas dos territórios, ou hoje, não estamos também em competição com outros



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

territórios? Claro que estamos. E, portanto, temos que salvaguardar esse tipo de informação, até ao momento que é possível relevá-la. A seu tempo, tanto o plano de estudos e toda a área de implementação ou toda a dinâmica de implementação do centro de estudos gastronómicos será, obviamente, comunicada e se se entender necessário também é discutido.

Agora não há nenhuma obra relevante?

O Centro de Estudos Gastronómicos não é uma obra relevante para o concelho?

A Unidade de Saúde Familiar na Avenida Nuno Álvares não é uma obra estruturante e fundamental para o concelho?

O Centro de Saúde de Alcains não é uma obra fundamental e estruturante para o concelho? As várias creches não são fundamentais para o desenvolvimento do concelho?

E volto ao mesmo assunto dos cemitérios. Temos concluído o cemitério dos Maxiais. Temos praticamente concluída a ampliação do cemitério da Paiaguá. Temos a obrigação de fazer a ampliação do cemitério de Alameda, o cemitério dos Escalos de Cima, não são também fundamentais para a qualidade de vida e para respostas ao concelho?

O Centro de Empresa Inovadoras, concordo que não deve acolher as empresas por tempo indeterminado. É por natureza um Centro de Incubação de Empresas. E, verdadeiramente, temos algumas empresas no Centro de Empresas Inovadoras que, neste momento têm condições para ter o seu espaço de autonomia. Agora, coloco-lhe a seguinte questão. Essas empresas ainda não conseguiram encontrar um espaço que substitua a sua presença no Centro de Empresas Inovadoras, estamos a falar de uma delas, penso que é a ela que se referiu que emprega cerca de setenta trabalhadores. Qual é a alternativa? É que esses setenta trabalhadores, e a empresa que lhes dá trabalho, continue a laborar em Castelo Branco, enquanto se encontra uma alternativa de espaço empresarial, ou dizemos que não podem ficar mais tempo porque já ultrapassaram os três anos e, portanto, a sua presença não é possível. É obvio que nos compete também aqui criar as condições para que a empresa continue a desenvolver a sua atividade. É obvio que estamos a trabalhar nesse sentido, já reunimos com a empresa, avaliamos possibilidades e temos uma solução para essa empresa. Só que essa solução ainda não se concretizou, a seu tempo será concretizada. O novo Centro de Empresas Inovadoras, é um projeto que até já vem do Executivo anterior, e que entendemos que se deve desenvolver, porque se temos como objetivo atrair mais empresas, também temos de dar as condições materiais e de infraestruturas para que aqui possam fazer a sua incubação e dar emprego.

Por isso esta obra não é uma obra estruturante, importante?

O complexo funerário aqui no largo de São Marcos, não é importante?

Já agora falo sobre isso. O projeto do complexo funerário já tem muitos anos. Foi elaborado pelo arquiteto Sisa Vieira. E cuja, concretização ficou condicionada por uma decisão política, de vir ou não a concretizar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

aquilo que é a condição colocada pelo arquiteto projetista, de alocar aquele complexo um parque de estacionamento de São Marcos. Foi isso que fez com este projeto ficasse parado e que não se concretizasse. Assumimos que o devemos concretizar e assumimos o risco político de o fazer. Também foi para isso que fomos eleitos, para assumir os riscos e para assumir as decisões quando entendemos que essas decisões são aquelas que respondem às necessidades do território.

Assumimos o risco de não comprar a Caixa Geral Depósitos. Eu sabia que iria haver esta polémica, até podia sair uma fotografia minha na Reconquista, a Câmara Municipal não adquiriu o edifício da CGD. Mas, não estou cá para promover a minha imagem à custa deste tipo de aquisições, quando sei que está salvaguardada por outra via.

Assumimos os riscos, assumimos as decisões e assim que continuaremos a fazer enquanto estivermos à frente dos destinos do nosso concelho.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 19 votos a favor, 18 do GM PS e 1 do Presidente da Junta de Freguesia de Monforte da Beira; 17 votos contra, 14 do GM S-MI e 2 do GM CHEGA, 1 do GM MPT e 2 abstenções do GM PSD/CDS/PPM, aprovar os Documentos Previsionais para o ano de 2024 da Câmara Municipal de Castelo Branco.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 4.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

3.2. - Serviços Municipalizados de Castelo Branco. (Proposta n.º 90/2023)

António Fonseca (MPT)

Antes de começar a intervenção deste tema, vou falar de outros que são correlacionados e que tem a ver com algumas intervenções que foram aqui feitas antes.

E vou dirigir-me aqui ao PSD, o Senhor Deputado vem aqui dizer que a Câmara não faz, não devolve IRS, não estimula as empresas, e no final abstém-se. Estamos na mesma, afinal nada mudou. Ainda tive uma réstia de esperança, mas não foi desta.

As alternativas que o Senhor Deputado falou, é curioso falar alternativas porque curiosamente crítico, mas também as dou.

E sobre esse assunto, é precisamente aí que quero chegar neste orçamento desta previsão dos Serviços Municipalizados.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Em dezembro de 2021, questioneei aqui na Assembleia Municipal sobre a possibilidade das águas residuais tratadas para rega de espaços públicos. E percebi pela resposta na altura dos Serviços Municipalizados que era assunto novo, que desconheciam. E fiquei agradado obviamente em maio de 2022, veio uma notícia no jornal Reconquista que a Câmara estava a ponderar essa possibilidade. É fantástico perceber que as sugestões são bem recebidas e quando são úteis, são implementadas.

Contudo, chegamos a 2024, não se vê nada, ouvi a Deputada Christelle que veio aqui falar dos serviços e redes de recolha de águas residuais, tinha a esperança que se falasse disto, mas não se falou. Não se vê, não consigo perceber, a única coisa que se vê, a gestão da coisa pública é feita por uma premissa básica errada no meu entender. Que é, quando é preciso os munícipes pagam, apenas estão cá é para pagar e é preciso sempre. Os munícipes são pelos vistos como os pagadores das opções e gestão que é normalmente má dos serviços públicos. E é má porquê? É má porque é despesista, despreocupada com custos, desinteressada em implementar soluções de poupança e valorização dos recursos.

Não existe ou não se constata em momento algum a preocupação em poupar e aplicar o dinheiro dos munícipes. E vê-se isso pela ausência da utilização das águas residuais tratadas e vê-se também por um outro aspeto que já foi falado também aqui, e que também referi na reunião de 2023, que são os bios resíduos, hoje, já se falou aqui do um valor. Parece que não percebi bem, mas vou gostar de perceber. O valor da tonelada do bio resíduo aumentou de preço. Mas, aumentou para quem? Para nós pagarmos? Provavelmente será para nós pagarmos. Porque se esse aumento fosse para os munícipes receberem o resultado dos recursos que lá são entregues e que resultam em valorização, se isso fosse para os munícipes receberem, aí era outra conversa. Mas, estou desconfiado que é para pagar.

Mas, o Senhor Presidente, há-de ter a oportunidade de explicar. Nessa Assembleia perguntei, diretamente, quais os custos previstos à movimentação da recolha seletiva do bio resíduos e se não ponderavam soluções que não só não custasse nada aos munícipes, como permitir remunerar por esses serviços, como aparentemente faz Mota Engil, via Valnor.

Identifiquei, na altura, um valor de seiscentos mil euros que estavam inscritos num estudo pago pela Câmara como previsão de custo à implementação do sistema. Havia mais uns custos de duzentos mil euros para divulgar e umas coisas assim. E naquela data a resposta foi evasiva. E vejo agora pelo que bem percebi, é precisamente a aquisição de veículos, equipamento, software e outros trabalhos no montante de seiscentos mil, e tudo para os bios resíduos. E como não identifiquei outras receitas que não as cobradas aos munícipes via taxas e custo de água, aparentemente, tenho razão, quando em 2023 e hoje outra vez, são só os munícipes que vão pagar esta nova tarefa. E neste caso, com requintes de malvadez. Pois com uma Câmara Socialista, com ares de estadista, apesar de não ter comprado o edifício da CGD e ainda bem, não havia problema nenhum em cobrar aos munícipes, mesmo de forma dissimulada pela recolha de um resíduo que depois vai entregar a uma empresa privada que irá realizar mais valias



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

com esse resíduo. É absoluta perversão. E repare que em momento algum, consegui ver envolver neste processo as escolas, as juntas, as associações locais, os privados que sejam integrando e estimulando essa sociedade para o efeito, criando postos de trabalho criando riqueza local, deixando-a ficar aqui localmente. E mesmo por minha sugestão e repare com indicação de exemplos do que tinha sido feito noutros sítios, nada se fez e aparentemente vamos pagar. É demasiado respeito com os munícipes, apesar de ficar agradado com a instalação do equipamento que já referiu, mas mesmo ainda assim, é pouco e não me parece correto. Vou votar contra.

Presidente da Câmara Municipal

Talvez não me tenha feito entender, quando falo dos valores a pagar dos resíduos, estou a falar do seguinte, a Câmara Municipal de Castelo Branco, é associada da Valnor, aliás é o maior Município a fazer parte desta entidade e, os resíduos urbanos vão para o aterro da Valnor. Existe um acordo, no sentido, da tonelada do resíduo ser cobrado pela Valnor, no valor de 51€, acontece que a Valnor tem um prejuízo que neste momento ronda os doze milhões de euros e isso leva a uma alteração da tarifa por tonelada de resíduos dos 51 ou 52 € para os oitenta e poucos. Já tive ocasião de conversar com outros Presidentes de Câmara que fazem parte da Valnor no sentido, de fazer entender que isto não é aceitável. Porque efetivamente como diz, este aumento do preço da tonelada dos resíduos terá que recair sobre alguém. Ou os Serviços Municipalizados assumem o custo, o que não me parece possível porque a entidade reguladora não permite. Ou eles terão de ser refletidos sobre a fatura da água e sobre os cidadãos e é isso que está em causa. Não é uma decisão da Câmara Municipal, é uma decisão do Conselho de Administração da Valnor, que nos foi comunicada recentemente e a qual, contestamos.

E também já tivemos a ocasião de fazer este reparo à tutela, nomeadamente, ao Senhor Secretário do Ambiente que este aumento de quase 50% é insustentável e que é insustentável para os cidadãos. Agora há um processo que se irá desenvolver e não garanto, porque não posso garantir, que não venhamos a pagar à Valnor os oitenta e tal euros por tonelada de resíduos, ou então fazemos como foi feita em outra circunstância que deixamos de pagar. Mas, não queremos deixar de pagar, queremos pagar aquilo que são as nossas obrigações.

Quanto à questão do bio resíduos e à implementação da recolha do bio resíduos, tem estado a ser feita em proximidade com os cidadãos, empresas e com as escolas. Aliás, neste momento os pontos de recolha do bio resíduos, situam-se precisamente e aqueles que tem já maior dimensão, situam-se precisamente nas grandes empresas e nas escolas. E é aí, que estamos a fazer a recolha da maior parte. Temos um problema, por exemplo, com os restaurantes porque a legislação que regula a abertura de restaurantes,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

não os obriga a ter uma zona de lixo, o condiciona muito esses mesmos restaurantes naquilo que entendemos positivo também da sua parte de serem participantes nisto.

Alguns restaurantes não aderiram ainda por essa incapacidade. A incapacidade de guardar de um dia para o outro os bios resíduos até não serem recolhidos pelos Serviços Municipalizados que estão afetos a isto. O que é que pode melhorar isto? A prática da separação, só ela nos permitirá reduzir de forma sustentada e continuada a fatura que estamos a pagar com os resíduos ao nível do Município, mas é a separação a vários níveis. Há coisas que saltam à vista, fizemos a instalação de dois ecopontos na cidade, um deles aqui mesmo no centro cívico e outro quando vamos na direção da Sé, cuja abertura aumentou, relativamente, aos equipamentos anteriores e aquilo que constatamos com muita pena nossa, é que aqueles que tem a responsabilidade, que somos todos nós, cidadãos, de colocar nestes ecopontos os resíduos, o fazem de forma às vezes um pouco insipiente. E não foi uma nem duas nem três vezes que passei pelos mesmos ecopontos que abri a tampa dos mesmos que tem uma capacidade de três metros cúbicos, o recetáculo do lixo está vazio e temos cá fora sacos e sacos de resíduos, tudo a monte. Isto também tem a ver cultural e de educação. É uma questão que temos que encarar como séria, porque tem custos para todos nós, temos que sensibilizar as nossas crianças e os nossos adultos para fazer esta separação. Estamos naturalmente a desenvolver esse caminho. Agora não o fazemos sozinhos com a Câmara Municipal. Não é pelo facto de fazermos um cartaz, ou de colocarmos mais ecopontos, ou de fazer aqui esta intervenção na Assembleia Municipal que isso se concretiza depois em ações. É efetivamente preciso que cada um de nós, tenha essa atitude consciente de que se fizermos a separação teremos várias vantagens. As questões ambientais, por um lado, e não são despicientes, antes pelo contrário e também as questões económicas, porque se for tudo para o mesmo monte, obviamente, vai tudo parar ao mesmo sítio e será pago, agora a cinquenta e tal euros e depois a oitenta e tal. E foi isso que eu quis dizer, António. E os custos estão diretamente relacionados com isto. Ainda há poucos dias, falava a propósito de umas jornadas que tivemos aqui, com um representante de uma Câmara Municipal de um outro concelho, que me disse, “há muito tempo que começou este trabalho e hoje, eu próprio, na minha casa, seria impensável não separar os bios resíduos do papel e do plástico e no concelho isso é uma prática assumida”. Ainda não chegamos a esse ponto de atitude cívica se assim o posso dizer e não estou aqui a culpar ninguém, porque também nem sempre tenho as atitudes adequadas, no que respeita a isto, portanto, não é nenhuma crítica, é apenas uma constatação de uma atitude que deve ser individual, por um lado, mas coletiva por outro e com responsabilidade de todos. Todos somos responsáveis.

António Fonseca (MPT)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

É verdade tudo o que disse Senhor Presidente. É verdade que o civismo, a educação, todos esses fatores são importantes, mas, podemos sempre analisar isto pelo menos de duas perspetivas diferentes. Uma é a que disse, colocar uns cartazes, informar e educar, tentar isso tudo, que tem a eficácia que se sabe, é lenta e nem sempre muito eficiente e com resultados, mas, temos outra possibilidade e vou-lhe dar essa possibilidade já aqui.

O que é que o Senhor Presidente, acha de colocar os combustores do bio resíduos nas escolas e permitir que esses bios resíduos, e o resultado dessa compostagem, seja uma receita das escolas, levando a que a própria escola, os miúdos levem para casa essa informação, ou seja, em vez de sermos nós a ir lá, explicarmos como é que se faz, ser do próprio interesse da escola e interesse dos miúdos, educados desde a origem, a levar essa proposta para casa.

Talvez desta maneira, milhões de toneladas de bio resíduos cheguem aos aterros e seja mais barato para nós estas taxas.

Carlos Manuel Freire Antunes (PSD/CDS/PPM)

O Senhor Deputado do MPT, acho que não teve atento a toda a minha intervenção anterior, só ouviu metade, a primeira metade. Inclusivamente, apesar de lhe ter dito que ia responder às suas dúvidas. Ele não ouviu, eu dizer que o nosso sentido de voto tinha a ver com a visão estratégica do PSD de fixação de jovens no concelho, de medidas que faziam parte do nosso programa eleitoral e estas medidas já foram aqui várias vezes comentadas e estão a ser implementadas e como disse, é das poucas coisas que está a ser bem implementada. Não sei se isso faz parte de uma campanha pré-eleitoral do MPT para retirar pessoas do PSD porque boa parte são dissidentes do PSD, mas se é isso não é o local.

Presidente da Câmara Municipal

Não sei se percebi bem aquilo que o Senhor Deputado António colocou, relativamente aos combustores nas escolas. Mas não percebi se aquilo que está a dizer é se os nossos meninos vão levar para a escola os bios resíduos produzidos em casa, porque não me parece que seja isso que se quer, que cada um vá com um saco de bio resíduos no carro ou no autocarro. Avançaremos numa fase posterior para os coletores de bio resíduos domésticos.

Aquilo que verdadeiramente considero importante, e também permita-me o facto de ser professor, portanto sei bem como é que as escolas funcionam e sei também a importância que tem a educação junto dos jovens, sejam ambientais, sejam rodoviárias ou sejam outras e acredito plenamente que será a partir da escola que conseguiremos transformar as atitudes, relativamente, a esta e outros assuntos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

e aí os senhores professores sabem-no fazer e sabem-no fazer muito bem e é uma questão de nos envolvermos e nos envolvermos mais, no sentido, de o concretizar sem a necessidade obviamente de transportar, porque não me parece adequado e também parece causar alguns riscos.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 19 votos a favor, 18 do GM PS e 1 do Presidente da Junta de Freguesia de Monforte da Beira, 16 abstenções, 14 do GM S-MI e 2 do GM PSD/CDS/PPM e 3 votos contra, 1 do GM MPT e 2 do GM CHEGA, aprovar os Documentos Previsionais para o ano de 2024, dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 5.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 4 - Discussão e votação da proposta de “Hasta Pública para Venda de Lote de Terreno Municipal, sito na Cruz de Montalvão em Castelo Branco.” (Proposta nº. 91/2023)

João Ribeiro (CHEGA)

A minha dúvida e antes de mais saudar esta iniciativa da Câmara e a minha dúvida concreta em relação aos documentos que li, fiquei com a ideia já podia ter havido e pode estar em segredo e ainda bem, do Executivo, mas se já houve alguma abordagem de alguma empresa com o objetivo de se instalar num daqueles lotes.

A outra questão que também não percebi, é se depois pode haver o caso de ser a mesma empresa a comprar os dois lotes e a juntá-los e fazer um mega-investimento, ou serão dois investimentos separados?

Presidente da Câmara Municipal

Efetivamente, quando trazemos a deliberação, seja do Executivo, seja da Assembleia, propostas para hasta pública, há uma manifestação prévia de interesse, acontece também aqui relativamente a esta situação. Que sinceramente não sei se ela se vai manter até ao momento em que iremos colocar a hasta pública a disponibilidade deste terreno.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Também já aconteceu noutras circunstâncias, em que houve manifestação de interesse, fizemos as deliberações necessárias para proceder à hasta pública e depois, no momento, não uma manifestação de interesse, vamos ver de que forma que se concretiza.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 24 votos a favor, 18 do GM PS, 3 do GM PSD/CDS/PPM, 2 do GM CHEGA e 1 do GM MPT e 14 abstenções do GM S-MI, aprovar a venda em hasta pública de Lote de Terreno Municipal, sito na Cruz de Montalvão em Castelo Branco.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 6.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 5 - Discussão e votação das propostas de “Generg Hibridização, S.A. Desenvolvimento. Construção da Central Fotovoltaica da Gardunha. Declaração de Interesse Público”. (Proposta n.º 92/2023)

João Ribeiro (CHEGA)

Continuamente a este ponto o CHEGA vai votar a favor, mas vinha aqui no sentido de suscitar a consciência das pessoas para se calhar, uma problemática que estamos a criar e que não nos estamos a aperceber. Já hoje falamos aqui do aeródromo, e como já disse, gosto muito de bicicleta e dou umas voltinhas pelo aeródromo e reparei que aquela paisagem à beira do aeródromo que agora tem um parque fotovoltaico, não ficou agradável. E aqui neste projeto, em concreto, o megaprojeto na Serra da Gardunha, se calhar, vamos correr o mesmo risco.

Aqui a questão é, temos que enveredar pelas energias renováveis com a preocupação se depois os painéis solares ao fim de vinte ou trinta anos têm reciclagem ou não, todas as problemáticas. Mas, até que ponto estamos dispostos a pagar este preço que é uma poluição paisagística, em troca de energias renováveis, ou seja, colocar no prato da balança a solução que temos atualmente a solução de energias renováveis, mas com a nossa paisagem completamente alterada.

António Fonseca (MPT)

Eu vou aproveitar esta intervenção para dizer que há alternativas. A produção de energia fotovoltaica é de facto de interesse público, inegável pela capacidade de transformação de energia solar, em energia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

elétrica é uma evidência e nós somos favoráveis à implementação e utilização deste tipo de energia, eu também.

Contudo, neste caso, o que se trata não é de aprovar nada disso, é aprovar uma declaração de interesse público. Aliás que é essencial para que esta central seja aprovada. E se formos verificar e eu fui, verificam-se coisas curiosas, que se trata de quase duzentos hectares de território maioritariamente classificado com espaço florestal ou silva pastoril, verifica-se também uma interpretação no meu entendimento, abusiva do significado de edificação de caráter industrial para procurar convencer-nos, de que aquilo que se pretende é instalar uma indústria, e ainda mais com interesse público.

Em nenhum momento, acredito que esta Câmara aprovaria uma indústria que fosse qualquer fábrica de pneus, de papel, de ovos, o que fosse, que tivesse a ocupação de 44 hectares em 200, não acredito. É evidente que nunca ia acontecer, ainda para mais num território classificado como florestal ou silva pastoril e logo aqui verifica-se aquilo que aparenta ser, um tratamento diferenciado para favorecer um proponente privado.

Mas, não acaba aqui, nos documentos apresentados, refere-se que será um investimento com um prazo de trinta anos de instalação. E todos sabemos, essa empresa não irá retirar os painéis é evidente, é claro que não é assim. Nós sabemos que não é assim, daqui a trinta anos eu não estarei cá, muitos de não estaremos e isto não vai acontecer, portanto na época que estamos é acreditar no pai natal.

Diz também que durante a implementação do parque fotovoltaico, loucura de investimento originará cerca de 150 postos de trabalho, durante um ano e nos trinta seguintes, provavelmente nenhum.

Tenta-se também adoçar o negócio com oferta de uma unidade de autoconsumo a uma entidade que a Câmara designe. Como os populares dizem, com papas e bolo enganam os tolos. Depois que a sede da empresa ficará em Castelo Branco, contribuindo para a economia local. Andamos aqui a viver numa realidade paralela.

E depois diz e não só, a simples leitura do estudo do impacto ambiental, mostra que nem a quantidade, nem a magnitude dos impactos a todos os níveis sejam negligenciáveis, são muitos e gravosos. Esta operação não é mais do que a tentativa de aproveitarem-se de um território abandonado para produzir energia que sirva aos da cidade, nunca aos locais, descaracterizando a paisagem, como bem referiu, impedindo atividade económica ligada à floresta, à pecuária ou à agricultura, apenas com um único interesse e esse interesse não é definitivamente público, é apenas do privado que o propôs. E, perante este absurdo, no meu entender, sobra muitas dúvidas se os decisores também não têm outros interesses esquisitos, porque público não me parece que seja.

Querem produzir energia fotovoltaica e aqui vamos à solução alternativa. É assunto que estudo desde a década de noventa, do século passado, e já nessa altura se sabia que, basta as coberturas nos edifícios nas cidades, se aproveitadas para produção para suprir todas as necessidades da população, todas. E não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

é preciso andarmos a fazer parques fotovoltaicos gigantescos nos terrenos por aí fora e é por esse motivo e não só que iremos votar contra.

Isto não é interesse público e se os senhores o aprovarem, se o aprovarem todos eles são cúmplices de uma ignominia.

Presidente da Câmara Municipal

Senhor Deputado, você fez uma afirmação muito grave e que não lhe admito em nenhuma circunstância. O decisor político, Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, move-se apenas por um interesse, o interesse público. Deixar insinuações ou afirmações como aquela que o senhor acabou de fazer, não é ético, ofende-me profundamente e ofende todos aqueles que têm a responsabilidade de decidir.

Eu repito, o único interesse, pelo qual, se move o Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco é o interesse público.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 37 votos a favor, 18 do GM PS, 14 do GM S-MI, 3 do GM PSD/CDS/PPM, 2 do GM CHEGA e 1 voto contra do GM MPT, declarar de interesse público a construção da Central Fotovoltaica da Gardunha, requerida pela Generg Híbridação, S.A. Desenvolvimento.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 7.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 6 - Discussão e votação da proposta de “Reason Winds, Unidade Industrial de Hidrogénio, em Castelo Branco. Declaração de Interesse Público”. (Proposta n.º. 93/2023)

António Fonseca (MPT)

Senhor Presidente, não afirmei nada, lancei uma dúvida, acho ser legítima porque não acho que se trate de interesse público e este caso vai sustentar a minha dúvida, porque estamos a falar da mesma coisa, na declaração de interesse público. Mas, vou detalhar com precisão. Parece-me que apenas se pretende esta declaração de interesse público, para que aparentemente se dilua responsabilidades. Atendendo ao exposto nos documentos apresentados pela Câmara, encontra-se que será necessário que a instalação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

desta produção de hidrogénio cumpra os requisitos do PDM, especialmente e cumulativamente do preceituado no nº 2 do artigo 57º. Eu fui ver o que este artigo diz, e diz assim:

Além de ter três alíneas, que possibilita a instalação de edifícios industriais, se forem cumpridos determinados requisitos. E essa primeira alínea, diz o seguinte:

“Caso se tratem de edifícios para indústrias que explorem os recursos locais ou que visem a valorização dos recursos existentes ou de edificações de apoio às atividades agrícolas, pecuárias e florestais que por razões técnicas ou socioeconómicas, justificadas não seja viável a sua instalação em local afastado da fonte da matéria prima ou de exploração agrícola florestal”. Basta este articulado, para se perceber que a produção de hidrogénio não cabe em nenhuma dessas atividades definidas, tal e qual como a produção fotovoltaica, no ponto anterior, em que o argumento é exatamente o mesmo.

No meu entendimento estamos perante uma ilegalidade e por vários motivos, pois o promotor não é agricultor, nem pecuarista, nem produtor florestal que necessite ou justifique uma edificação num espaço silvo pastoril e florestal que sirva a sua atividade, nem à exploração de recursos locais, nem à valorização de recursos existentes, nada de novo, não se trata de interesse público, antes e apenas interesse individual desta empresa.

Até mesmo a indicada automatização do processo, o processo está todo automatizado para que não seja preciso alguém lá estar, a previsão é essa. Entra água de um lado, eletricidade do outro, sai o gás no terceiro, sem a intervenção de ninguém. Portanto este processo de automatização demonstra a necessidade que nem para emprego local isto serve. Repito, e agora, vou remeter-me à interior, no meu entendimento, trata-se de uma proposta ilegal que está aqui a ser feita por violação flagrante do PDM e para mais, com a iniciativa da Câmara. O meu voto vai ser contra.

Luís Resende (Diretor do Departamento de Obras e Sustentabilidade)

Quanto à questão da ilegalidade, tenho dúvidas. Acho que no nosso PDM, permite a instalação de indústrias, ou seja, unidades industriais, isto é, a transformação do produto. É um produto que é natural que é o Sol, que é transformado em energia, portanto, há uma transformação, é uma questão de conceito. Depois o que é que são edifícios? Edifícios não são só os de habitação. São edificações no geral. Se há uma edificação tem que ter o parecer da Assembleia Municipal. E porque é que reserva este parecer da Assembleia? Por aquilo que também já disse muitas vezes, ou seja, porque foi uma reserva que entenderam colocar no PDM na altura uma vez que não havia condições económicas nem razoabilidade para fazer zona industriais em todas as freguesias, em todos os lados. Portanto, tinha que se dar alguma oportunidade de poderem surgir outras atividades que viessem a surgir por força das circunstâncias e das descobertas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Portanto, acho que foi uma medida positiva que houve no PDM de então que permite agora que o Senhores Deputados Municipais, questionem, se deve ou não ser declarado interesse público e se com isso deve ou não ser produzida energia desse tipo.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 37 votos a favor, 18 do GM PS, 14 do GM S-MI, 3 do GM PSD/CDS/PPM, 2 do GM CHEGA e 1 voto contra do GM MPT, declarar de Interesse Público a Construção de uma Unidade Industrial de Hidrogénio, em Castelo Branco, requerida pela Reason Winds.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 8.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 7 - Discussão e votação da proposta de “4.ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) e Grandes Opções do Plano e Orçamento do Ano 2023”. (Proposta nº. 94/2023)

Carlos Manuel Freire Antunes (PSD/CDS/PPM)

Pela documentação que nos foi entregue, o que consigo deduzir desta proposta, é que tínhamos um orçamento de 2023, de oitenta e três milhões euros, que irá passar para setenta e quatro milhões euros. Quando estávamos a discutir o orçamento, já vimos que havia doze milhões e qualquer coisa que vão passar para 2024 que não se vai realizar em 2023. A minha questão é muito simples, são doze mais oito ou estes oito estão já dentro dos outros doze milhões?

Ou seja, estamos a falar de vinte milhões de euros que não vamos concretizar este ano, oito milhões porque estamos a reduzir o orçamento através da proposta 94 e no orçamento já temos doze virgula seis milhões de euros que sabemos que vão ser resultado do exercício que vai para ano seguinte que dá um total de vinte milhões de euros, certo?

Presidente da Câmara Municipal

Bem-haja, Senhor Deputado pela sua questão.

Vamos lá ver, esta revisão é exemplo daquilo que se fez todos os anos, uma revisão de final de ano e de acerto de final de ano. Sempre assim foi feito, fui membro desta Assembleia Municipal durante muitos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

anos e todo todos os anos o Executivo Municipal trazia no final do ano uma revisão orçamental que é feita na generalidade dos municípios e mais uma vez o fazemos aqui.

Sabemos que na elaboração do orçamento de 2022 e também no orçamento de 2023, estivemos muito condicionados por aquilo que são os compromissos transitados. É uma realidade, tivemos alguns constrangimentos também, naquilo que diz respeito a essa execução e já hoje o referimos várias vezes e este orçamento reflete como lhe disse aquilo que sempre se fez e o que se faz no final de cada um dos anos.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos a favor do GM PS, 17 votos contra, 14 do GM S-MI, 2 do GM CHEGA 1 do GM MPT e 3 abstenções do GM PSD/CDS/PPM, aprovar a 4ª. Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) e Grandes Opções do Plano e Orçamento do Ano de 2023.”

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 9.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 8 - Discussão e votação da proposta de “Vale da Raposa, Bairro Senhora do Valongo, Caminho Dois Esquerdo n.º 30 – Castelo Branco. Cedência de Terreno para o Domínio Público”. (Proposta n.º. 95/2023)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Cedência de Terreno para o Domínio Público no Vale da Raposa, Bairro Senhora do Valongo, Caminho dois Esquerdo, n.º. 30 – Castelo Branco.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 10.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 9 - Discussão e votação da proposta de “Juntas e Uniões das Freguesias. Delegação de Competências no Âmbito dos Transportes Escolares, Refeições do Pré-Escolar e 1.º Ciclo e dos Assistentes Operacionais de Apoio ao Ensino Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico. Celebração de Contratos Interadministrativos. (Proposta n.º. 96/2023)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Celebração de Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia, referentes à Delegação de Competências, no âmbito dos Transportes Escolares, Refeições do Pré-Escolar e 1.º Ciclo e dos Assistentes Operacionais de Apoio ao Ensino Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 11.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 10 - Discussão e votação das propostas de “Contratos Programas para o ano de 2024”:

10.1 - Albigeç, EM/SA. (Proposta n.º. 97/2023)

António Fonseca (MPT)

Relativamente, a esta questão da Albigeç, tive a ver o contrato de programa que foi proposto e percebe-se que desse contrato fazem parte da gestão da Albigeç, o Cine Teatro Avenida, o Centro Cultural de Alcains, o Museu Cargaleiro, o Museu do Canteiro, o complexo das Piscinas Municipais de Castelo Branco e de Alcains, o Jardim do Passo, o Parque de Campismo, o Centro de Interpretação Ambiental, o Parque da Cidade, o Centro do Bordado de Castelo Branco e a Fábrica da Criatividade, de todos, também é no próprio documento no ponto nono assumido que, alguns destes espaços são deficitários no respeito ao volume de receitas para cobrirem as suas despesas e são eles: Cineteatro Avenida, o Centro cultural de Alcains, o Museu Cargaleiro, o museu do Canteiro, o Jardim do Passo, o Centro de interpretação do Bordado.

Repare bem, há bocadinho falamos em seiscentos mil euros para promover o bordado e ele dá prejuízo. Percebemos que todos os equipamentos sob a gestão da Empresa Municipal, só cinco têm resultados positivos, mesmo assim, não são suficientes para a saúde financeira da empresa municipal. Em suma a Albigeç, neste momento, é apenas um sorvedor de dinheiro e sem as devidas repercussões económicas positivas, isto apesar tanto neste orçamento como nos anteriores estarem previstas verbas para a promoção turística do Município, verbas essas com bastante significado, mas que não parecem ter resultados na receita de utilização dos espaços culturais e turísticos.

Continuamos ano após ano, a não se verificar resultados positivos dessa alegação de dinheiros, não se sabe para que serve. Acresce esta ausência de resultados, a escassa ou nula informação sobre os utentes que visitam os espaços para que possamos avaliar resultados.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Eu já perguntei por mais que uma vez e não tenho essa informação, não sei quantas pessoas visitam os sítios. Onde estão esses relatórios de atividades que não os vemos?

É preciso vê-los para podermos tomar decisões e o que estas instituições fazem, também não sabemos, cumprem os seus objetivos, a sua missão?

As opções e possibilidades de indemnização destes espaços são muitas, aqui vêm as propostas, mas são da responsabilidade da Albigec e como sempre fazemos uma proposta construtiva, sugerimos que os valores da bilheteira sejam reduzidos para os Municípios, e voltamos àquela proposta anterior que reduzam nas suas casas e nos sítios onde trabalham e vivem uma poupança de água, da recolha e utilização de águas pluviais, não é complicado, de melhoria de conforto térmico nas habitações e também na instalação de painéis fotovoltaicos, aqui reduzimos necessidade de colocar quarenta hectares de painéis na Gardunha e pomos nos telhados das casas, resulta na mesma, a energia é exatamente igual.

Em suma, premiamos e estimulamos os municípios a participar na melhoria ambiental do Município, tendo ainda agregadas vantagens imediatas de longo prazo tanto para os próprios como para a economia local e para as questões ambientais que nos afetam a todos. O voto será contra.

Francisco Pombo Lopes (PS)

As empresas públicas, prosseguem interesses públicos, no caso, de empresas que fomentam uma agenda cultural, não será a persecução do lucro a sua finalidade principal, será assegurar um direito à cultura, assegurar a satisfação de uma necessidade cultural. Agora das duas uma, ou acabamos com a prestação de serviços a nível cultural e passamos para os privados e aí os custos para a população serão extremamente elevados ou prosseguimos uma cultura pública acessível a todos os cidadãos.

Logicamente que um uma empresa pública não tem acima de tudo como objetivo a persecução do lucro, tem a satisfação de necessidades públicas.

Presidente da Câmara Municipal

De facto, a minha intervenção vem na sequência da intervenção do Senhor Deputado, Francisco Pombo Lopes e tem a ver com opções e também com o serviço público. Nenhuma Câmara Municipal existe para dar lucro. As Câmaras Municipais, existem para desenvolver serviço público e dar respostas às necessidades do território e dos seus cidadãos.

Efetivamente o Centro Cultural de Alcains ou o Museu do Canteiro dá prejuízo, muito prejuízo, se podemos considerar isso um prejuízo. Há um conjunto de equipamentos culturais que têm menos receitas do que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

despesas é verdade. O Centro de Interpretação do Bordado, é fundamental para a preservação do bordado, é fundamental para a afirmação desse mesmo bordado e é também fundamental para a notoriedade do território, mas podemos optar. Podemos optar por não ter uma atividade cultural no cineteatro, podemos optar por fechar o Museu do Canteiro, ou podemos assumir que há áreas de intervenção municipal, onde os resultados, as receitas são inferiores às despesas. Mas, se formos por essa ordem de ideias, então podemos ir ao caricato ou irracional. Uma estrada também dá prejuízo, mas não podemos viver sem ela.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos a favor do GM PS, 13 votos contra, 12 do GM S-MI e 1 do GM MPT e 5 abstenções, 3 do GM PSD/CDS/PPM e 2 do GM CHEGA, aprovar o Contrato Programa para o ano de 2024, da Albigec, EM/SA.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 12.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

10.2 - CATAA – Associação Centro de Apoio Tecnológico Agro-Alimentar de Castelo Branco (Proposta n.º. 98/2023)

António Fonseca (MPT)

Relativamente, ao CATAA, a história não é muito diferente da Albigec. O CATAA com os vários projetos que está envolvido e pela constante necessidade de financiamento, o que falta ver é de forma clara os resultados disso. Estive a ler a lista de projetos cofinanciados e com outras entidades é extensa e de volume de investimento assinalável. Mas os resultados é que não se consegue ver.

Eu tive um relacionamento com o CATAA e posso afirmar que uma das coisas que o CATAA fazia era apenas concorrência a laboratórios privados e curiosamente, nem sequer com preços mais aceitáveis e faz concorrência desleal porque é financiado com dinheiros públicos. Ou seja, há aqui uma nublosa muito interessante que se coloca neste CATAA, em que há dinheiro a ir, mas não se sabe para que é que serve. Vou votar contra.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos a favor do GM PS, 1 voto contra do GM MPT e 18 abstenções, 13 do GM S-MI, 3 do GM PSD/CDS/PPM e 2 do GM CHEGA, aprovar o Contrato



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Programa para o ano de 2024, do CATAA – Associação Centro de Apoio Tecnológico Agro Alimentar de Castelo Branco.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 13.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 11 – Junta de Freguesia de St.º André das Tojeiras. Contrato Interadministrativo no âmbito dos prejuízos causados pelo incêndio do Carrascal. (Proposta nº 99/2023)

António Fonseca (MPT)

A documentação deste ponto só chegou ontem e já foi aqui confirmado pelo Senhor Deputado do PSD. Obviamente, vou votar a favor devido à sensibilidade e ao assunto, mas acho que é importante pelo tema.

Luís Manuel de Andrade (Presidente da Junta de Freguesia de Santo André das Tojeiras)

Ocorreu em 4 de agosto, último, o incêndio denominado, incêndio do Carrascal que lavrou uma parte significativa da freguesia de Santo André das Tojeiras. Da articulação entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, resultou a atribuição de um apoio financeiro de trinta mil euros, e reforço caso se manifeste necessário, destinado às pessoas diretamente afetadas. A Câmara Municipal elaborou uma proposta e consultou a Junta de Freguesia acerca da mesma. A Junta de Freguesia emitiu resposta, a qual, foi tida em consideração, tendo sido refletida, em Regulamento aprovado no Executivo Municipal, sendo esse regulamento, com o qual concordamos que a Junta de Freguesia de Santo André das Tojeiras, irá respeitar.

Na análise da documentação, referente ao ponto 11, da ordem de trabalhos, discussão e votação da proposta da Junta de Freguesia de Santo André das Tojeiras, contrato interadministrativo, no âmbito, dos prejuízos causados pelo incêndio do Carrascal, proposta nº 99/2023, sendo este ponto, referente à discussão e votação da proposta de Santo André das Tojeiras, contrato interadministrativo, no âmbito, dos prejuízos causados pelo incêndio do Carrascal e não constando a minuta do contrato interadministrativo nos documentos de apoio, solicitamos o referido documento, ou seja, a minuta do contrato interadministrativo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Na resposta foi dito que cabe á Assembleia Municipal, aprovar os termos propostos do apoio e não o apoio em si e para que a Junta de Freguesia proceda à elaboração de um regulamento e só após o regulamento estar publicado em Diário da República, é que a Câmara Municipal procederá à efetivação do apoio concreto, a conceder à Junta de Freguesia com o cabimento do respetivo valor no ano económico em que se prevê que esta despesa seja efetivada através do necessário contrato interadministrativo.

Julgávamos que estaríamos, hoje, nesta Assembleia, a aprovar a minuta do contrato interadministrativo, no âmbito, dos prejuízos causados pelo incêndio do Carrascal, no montante de trinta mil euros e reforço, caso se manifeste necessário, uma vez que os termos já foram aprovados no Executivo Municipal e que o regulamento a adotar pela Junta de Freguesia, é o mesmo que foi aprovado pelo Executivo Municipal. Constatamos após receber o email de resposta aos esclarecimentos, que afinal hoje não se vai discutir e votar a proposta que está na ordem de trabalhos, Junta de Freguesia de Santo André das Tojeiras, Contrato Interadministrativo, no âmbito, dos prejuízos causados pelo incêndio do Carrascal.

Uma vez que os termos já foram aprovados no Executivo Municipal e que só após publicação do Regulamento, em Diário da República é que se parte para o contrato interadministrativo, pergunto o que é que efetivamente estamos, hoje, aqui aprovar neste ponto?

Roberto Nabais (Diretor do Departamento de Administração Geral, em regime de substituição) –

É o seguinte, o que estamos a decidir hoje é a forma de apoio, é a proposta que está aqui para a efetivação do contrato interadministrativo a fazer futuramente com a Junta de Freguesia.

A quem compete a elaboração do regulamento é à Junta de Freguesia, não é à Câmara. A Câmara aprovou em Executivo e está hoje aqui na Assembleia a dar os termos em que esse regulamento poderá ser efetivado.

Portanto, a Câmara Municipal, deu por assim dizer, uma ajuda, submeteu à Junta de Freguesia e o que está aqui em causa é a aprovação dos termos de apoio, nos termos da lei nº. 75, para Junta de Freguesia elaborar o regulamento, mais ou menos nos termos que a Câmara Municipal, se propõe apoiar e o regulamento de apoio às populações tem que ser através de um regulamento e, como tal, compete à Junta de Freguesia elaborar o regulamento nos termos do código do procedimento administrativo e quando, aprovado, comunicar esse facto à Câmara Municipal que trará a esta Assembleia a proposta efetiva do contrato interadministrativo.

Presidente da Assembleia Municipal

Mas este apoio é para a ajuda da Junta de Freguesia ou é para as populações?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Roberto Nabais (Diretor do Departamento de Administração Geral, em regime de substituição) –

O que está na proposta é que a Câmara Municipal vai apoiar a Junta de Freguesia que apoiará as populações. O que estamos a deliberar é a forma de apoio.

Presidente da Câmara Municipal

No fim de contas o que estamos a fazer é a ratificar uma decisão do Executivo.

Roberto Nabais (Diretor do Departamento de Administração Geral, em regime de substituição)

Sim, a forma de apoio.

Luís Manuel de Andrade (Presidente da Junta de Freguesia de Santo André das Tojeiras) –

Efetivamente, não fiquei esclarecido ou melhor, afinal o que estamos aqui a aprovar, é a deliberação do Executivo ou a autorização da Assembleia para poder estabelecer um Contrato Interadministrativo com a Junta de Freguesia? É que não consigo compreender, quais é que são os termos? Os termos passam para os termos do Contrato Interadministrativo, no meu entender, quando vi a convocatória, acho que era isso que devia estar hoje aqui a acontecer. Desculpem lá, mas não consigo perceber, o que é que estamos aqui a aprovar ou o que é que está aqui para ser votado.

Presidente da Assembleia Municipal

O que disse o Senhor Diretor do Departamento de Administração Geral é que estamos aqui a aprovar uma ratificação daquilo que aconteceu no Executivo Municipal. Eu não estou a ver outra hipótese.

João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA)

Eu não tinha dúvidas e agora no fim deste esclarecimento fiquei com a dúvidas. Portanto, agora vamos aprovar a possibilidade de se vir fazer um Contrato Interadministrativo que no futuro virá aqui à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Assembleia para aprovarmos esse Contrato Interadministrativo. É isso? Eu estava a pensar que era já o Contrato Interadministrativo e se calhar era o que toda a gente estava a pensar.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 1 abstenção do GM MPT e 38 votos a favor, 18 do GM PS, 14 do GM S-MI, 3 do GM PSD/CDS/PPM, 2 do GM CHEGA, aprovar o Contrato Interadministrativo com a Junta de Freguesia de Sto. André das Tojeiras, no âmbito dos prejuízos causados pelo incêndio do Carrascal.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 14.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 12 - Discussão e votação da Proposta de “Alteração do Regulamento de Apoio ao Associativismo do Município de Castelo Branco. (Proposta n.º. 100/2023)

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos a favor do GM PS, 4 abstenções, 3 do GM PSD/CDS/PPM e 1 do GM MPT e 15 votos contra, 13 do GM S-MI e 2 do GM CHEGA, aprovar a alteração do Regulamento de Apoio ao Associativismo do Município de Castelo Branco.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 15.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Declaração de voto

João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA)

O Chega votou contra esta proposta porque no nosso entender, pode ser uma perceção errada, mas é aquela que temos. A Câmara devia ter uma atitude mais proativa no apoio que faz às Associações. Resumindo, em vez de serem as Associações a vir à Câmara pedir apoios que muitas vezes têm dificuldades, não conhecem eventualmente até Fundos Comunitários que possa existir, deveria haver da parte da Câmara um organismo responsável por ir às Associações e ser a Câmara a promover esses apoios.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Existem muitas das Associações que não têm conhecimento dos apoios que, eventualmente, possam ter e apoios esses que às vezes não significam um aumento de custos para a Câmara porque depois a Câmara também consegue recolher esses apoios a Fundos Comunitários. Daí o nosso voto contra.

Ponto 13 - Discussão e votação da Proposta de "Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo". (Proposta nº. 101/2023)

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos a favor do GM PS, 4 abstenções, 3 do GM PSD/CDS/PPM e 1 do GM MPT e 16 votos contra 14 do GM S-MI e 2 do GM CHEGA, aprovar o Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 16.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 14 - Discussão e votação da Proposta de "Contas Semestrais da Câmara Municipal de Castelo Branco, do 1º. Semestre do ano de 2023". (Proposta nº. 102/2023)

Ponto retirado.

Ponto 15 - Discussão e votação da Proposta de "Contratos Interadministrativos com os Agrupamentos de Escolas do Concelho de Castelo Branco". (Proposta nº. 103/2023)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar os Contratos Administrativos com os Agrupamentos de Escolas do Concelho de Castelo Branco.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 17.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

III – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Francisco Cunha



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Em primeiro lugar, quero dizer que não estou no meu habitat natural porque não sou de Castelo Branco, estou aqui há sete anos, porque fiz aqui um investimento. E quero também dizer que a minha intervenção é apenas no âmbito profissional. Vou falar aqui de situações e não de pessoas porque nesse aspeto tenho sido muito bem tratado em Castelo Branco.

Portanto, quero pedir desculpa pelo incómodo e agradecer a vossa atenção porque nestas coisas, como disse não sou daqui, mas tenho experiência autárquica e na minha perspetiva para vir a uma Assembleia Municipal apresentar uma questão é porque vi esgotadas todas as possibilidades de resolver o meu problema, em todas as vertentes.

Portanto, já falei que ando há mais de três anos a tentar resolver o problema.

Falei um dia com o Senhor ex-Presidente da Câmara o Dr. Luís Correia, mas nessa altura que foi num dia muito complicado aqui para a autarquia, o Senhor Presidente, disse que estava cheio de pressa, não tinha muito tempo e percebi e era verdade, havia aqui uma situação de âmbito nacional a ser tratada que não interessa para o caso e não foi possível.

Mas, entretanto, fui falando e recebendo visitas, portanto, tenho aqui a hamburgueria da Baixa, fui recebendo visitas, perto de quinze visitas, não sei bem precisar, e sempre fui muito bem tratado muito e bem recebido. Portanto, já falei neste assunto com muita gente na autarquia, a todos os níveis, mas ainda não fui ouvido e esse é o meu drama.

Existem dois problemas que quero colocar, um tem a ver com os pombos e outro tem a ver com a segurança das pessoas. Existe um problema gravíssimo que agora se agonizou em relação à situação dos pombos, com uma notícia que vem em primeira página na imprensa local. É uma situação de saúde pública e, de facto, não tenho adjetivos para poder resolver o problema, mas de facto está-nos a prejudicar muito. Há também uma situação e essa é ainda mais importante e que quero que fique registado que eu avisei, se amanhã acontecer alguma coisa, porque ainda não morreu ninguém porque não calhou. Estou a falar de morrer, aqui no ano passado no verão caiu meio quilo de reboco, a dois metros de um carrinho de bebé, mas não é preciso ser um bebé, até um adulto se levar com um bocado de cimento, o que já aconteceu. Aqui há dias, uma persiana caiu, não caiu em cima de ninguém porque se cair na cabeça de alguém, pode ser um problema que parará na capela de S. Marcos.

Como não posso falar mais, entendo que um munícipe só deve vir aqui, em último caso, é o que estou a fazer. Portanto, aquilo que posso aqui confirmar, é a penúltima vez que venho aqui. Isto é um assunto que já trabalhei com mais de cinquenta autarquias e algumas muito maiores que Castelo Branco e, portanto, em todos os concelhos há problemas com pombos, em todas as cidades há problemas com pombos, há uns que se resolvem e há outros que não se resolvem.

Só para terminar acho que isto é um assunto que se resolve em meia dúzia de dias se houver vontade de resolver. E quero concluir o seguinte, para que não possam duvidar daquilo que estou a dizer, tinha muito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

gosto em convidar todas as pessoas que estão nesta sala para almoçar gratuitamente na Hamburgueria da Baixa, ofereço o almoço, aí poderão ver e poderão também saborear os nossos hambúrgueres e peço desculpa pelo incómodo que estou a causar e concluo com o desejo de Boas Festas.

Peço desculpa pelo transtorno que estou a causar, mas estou-me a sentir muito e muito penalizado.

Presidente da Câmara

Agradeço a presença do Senhor Francisco Cunha, sendo que as preocupações do Senhor Francisco são exatamente as nossas preocupações, no que diz respeito aos pombos e à sua implicação em várias atividades na cidade.

Esse assunto tem sido abordado pelo nosso veterinário municipal que nos propôs há uns tempos atrás, a utilização de falcões para afastar os pombos, este assunto também já foi visto em outros âmbitos de intervenção e até ao momento não tenho nenhuma proposta para resolver uma situação que para nós se afigura crítica e de difícil resolução.

Uma vez que o Senhor Francisco Cunha, apresentou uma situação ou diz que tem uma solução que resolve esta situação, em quinze dias, agradeço que a torne pública, de modo, que possamos implementar e resolver este problema que não é só do Senhor Francisco é muito mais abrangente que isso.

E pedia ao Senhor Presidente da Mesa a tolerância, relativamente, à intervenção e mais tempo para que essa proposta fosse apresentada.

Francisco Cunha

Em relação à intervenção do Senhor Presidente, como eu disse, o problema dos pombos é um problema nacional, na maior parte das localidades há esses problemas. Portanto basta questionar o veterinário municipal e questionar outros colegas seus de outras autarquias que eles podem dizer como é que resolvem o problema dos pombos, não sou eu. Aquilo que tenho consciência, é que rapidamente o problema se pode resolver.

E disse que nunca mais viria aqui, era a última vez que aqui vinha, porque a próxima vez que aqui vier, venho trazer a chave da Hamburgueria e venho apresentar os dez funcionários que lá tenho porque não vou continuar a trabalhar naquelas condições, não posso, vou começar a perder dinheiro e se vir que tenho de fechar, fecho mais rápido porque não tenho condições para trabalhar.

Agora a situação dos pombos é fácil Senhor Presidente, nos Municípios haverá vários colegas seus ou dentro da autarquia que podem dizer como é que se acaba com problema dos pombos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Presidente da Câmara Municipal

Senhor Francisco, se o senhor tem uma solução também não tem nenhum problema em apresentá-la pelo menos ficamos a saber.

Francisco Cunha

A solução é chegar lá e tirar os pombos, é fácil, é a solução mais fácil do mundo. Se o Senhor puser à minha disposição alguns meios, e quando falo, em meios, falo em funcionários e dinheiro, garanto-lhe que numa semana tiro de lá os pombos. Se não tirar de lá os pombos, assumo todas as responsabilidades e despesas, agora não sou eu, como munícipe que tenho de resolver, até porque não tenho de intervir num imóvel que não me pertence, que é um imóvel que está em ruínas e qualquer dia cai em cima de alguém.

CONCLUSÃO DA ATA

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Mesa, encerrada a sessão, eram 13 horas e 51 minutos, mandando que de tudo, para constar, se lavrasse a respetiva ata.

O Presidente da Assembleia Municipal,

O 1.º Secretário,
